

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

KÉSIA MILLÉRI PINTO



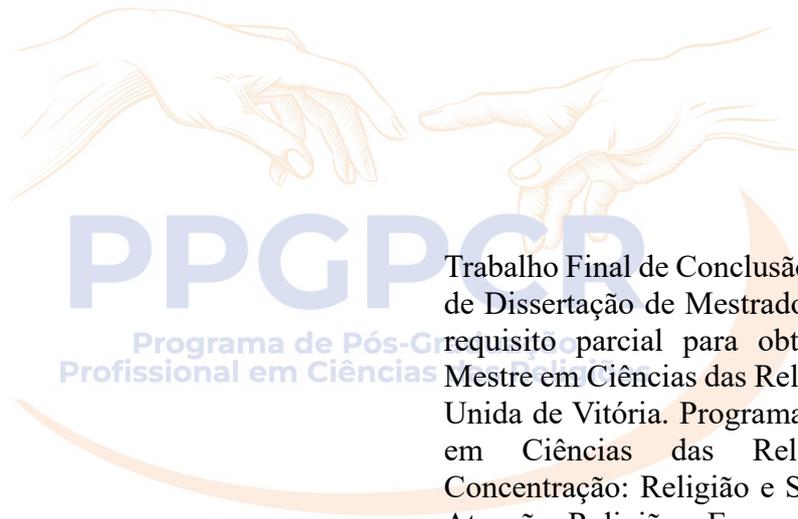
A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM EVENTOS
ESCOLARES:
UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

VITÓRIA-ES

2024

KÉSIA MILLÉRI PINTO

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM EVENTOS
ESCOLARES:
UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL



Trabalho Final de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Religião e Espaço Público.

Orientador: Prof. Dr. José Adriano Filho

VITÓRIA-ES

2024

Pinto, Késia Milléri

A influência da religião na participação discente em eventos escolares /
Uma análise sob a perspectiva da Educação Integral/ Juliana Vidal Prado. --
Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2024.

vi, 72 f. ; 31 cm.

Orientador: José Adriano Filho

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2024.

Referências bibliográficas: f. 69-72

1. Ciência da religião. 2. Religião e Espaço Público. 3. Diversidade.
4. Educação Integral. 5. Festa Junina. 6. Diversidade e cultura. - Tese. I.
Késia Milléri Pinto. II. Faculdade Unida de Vitória, 2024. III. Título.

KÉSIA MILLÉRI PINTO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 14/08/2024.

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM EVENTOS ESCOLARES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Religião e Espaço Público.

Data: 14 ago. 2024.

José Adriano Filho, Doutor em Teoria e História Literária
Doutor em Ciências da Religião, UNIDA (presidente).

Nelson Lellis Ramos Rodrigues, Doutor em Sociologia Política, UNIDA.

CRISTINA LENS BASTOS
DE VARGAS:02264554754

Assinado de forma digital por CRISTINA
LENS BASTOS DE VARGAS:02264554754
Dados: 2024.08.23 14:38:15 -03'00'

Cristina Lens Bastos de Vargas, Doutora em Educação.

RESUMO

Esta dissertação investiga a influência da religião na participação dos alunos em eventos escolares, com foco na perspectiva da educação integral na Unidade Municipal de Ensino Fundamental Rubens Vervloet Gomes a Vila Olímpica. A pesquisa aborda a complexa relação entre a laicidade do Estado e a prática educativa, destacando como as crenças religiosas dos estudantes impactam sua participação em atividades culturais e pedagógicas. A metodologia utilizada incluiu a aplicação de questionários aos professores e alunos, visando compreender como a religião influencia a prática docente e a participação discente. Os dados revelaram que muitos alunos se abstêm de participar de eventos como Carnaval, festas juninas e Halloween devido às suas crenças religiosas. A transição para uma escola de tempo integral ressaltou a importância de um ambiente escolar que respeite a diversidade religiosa, promovendo inclusão e respeito mútuo. A análise das percepções dos professores indicou que há uma necessidade de maior preparo e recursos para lidar com questões religiosas de forma eficaz. A formação contínua dos docentes e o desenvolvimento de políticas escolares inclusivas são essenciais para uma educação integral que valorize a diversidade. Conclui-se que a influência da religião na participação discente é um fenômeno multifacetado que requer uma abordagem integrada e sensível. A promoção da educação integral, aliada ao respeito pela diversidade religiosa, é fundamental para a formação de cidadãos críticos e tolerantes. Esta dissertação reforça a necessidade de políticas educacionais que promovam a igualdade e a inclusão, proporcionando a todos os alunos a oportunidade de participar plenamente da vida escolar, independentemente de suas crenças religiosas.

Palavras-chave: Educação Integral. Festa Junina. Diversidade. Cultura.

ABSTRACT

This dissertation investigates the influence of religion on student participation in school events, focusing on the perspective of integral education at the Rubens Vervloet Gomes Municipal School Unit in Vila Olímpica. The research addresses the complex relationship between the secularity of the State and educational practice, highlighting how students' religious beliefs impact their participation in cultural and pedagogical activities. The methodology used included the application of questionnaires to teachers and students, aiming to understand how religion influences teaching practices and student participation. The data revealed that many students refrain from participating in events such as Carnival, June festivals, and Halloween due to religious beliefs. The transition to a full-time school emphasized the importance of a school environment that respects religious diversity, promoting inclusion and mutual respect. The analysis of teachers' perceptions indicated a need for greater preparation and resources to address religious issues effectively. Continuous teacher training and developing inclusive school policies are essential for integral education that values diversity. It is concluded that the influence of religion on student participation is a multifaceted phenomenon that requires an integrated and sensitive approach. Promoting integral education and respect for religious diversity is fundamental to forming critical and tolerant citizens. This dissertation reinforces the need for educational policies that promote equality and inclusion, allowing all students to fully participate in school life, regardless of their religious beliefs.

Keywords: Integral Education. June Festival. Diversity. Culture.



PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 OS EVENTOS ESCOLARES COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	11
1.1 O Carnaval no ambiente escolar.....	12
1.2 A celebração aos povos indígenas e as relações étnico-raciais no contexto escolar.....	14
1.3 As festas juninas no contexto escolar	15
1.4 O Folclore no contexto escolar.....	17
1.5 O Halloween como evento escolar	18
1.6 Os eventos escolares com enfoque cultural e os preceitos legais da educação brasileira ..	20
2 EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UMA VISÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RUBENS VERVLOET GOMES, A VILA OLÍMPICA.....	26
2.1 A Educação Integral no Brasil	27
2.2 Unidade Municipal de Ensino Fundamental Rubens Vervloet Gomes, a Vila Olímpica ...	31
2.3 A transição de Escola Regular para Escola em Tempo Integral	34
2.4 O trabalho docente e as exigências do Ensino Integral em Tempo Integral.....	39
2.5 A comunidade discente da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes	40
3 RELIGIÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DISCENTE E A PERCEPÇÃO DOCENTE	46
3.1 A religião na comunidade escolar discente.....	47
3.2 A participação discente em eventos escolares.	50
3.3 Percepção dos professores sobre o impacto da religião na prática docente	53
3.4 Influência da religião nas atividades pedagógicas.....	58
3.5 A Educação Integral em Tempo Integral como Ferramenta de Transformação na Percepção dos Alunos Evangélicos sobre Eventos Pedagógicos com Enfoque Cultural	61
3.6 O papel das escolas de tempo integral na educação integral do corpo discente.....	63
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXO I – PLANO DE AULA SOBRE HALLOWEEN PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	73

INTRODUÇÃO

A laicidade do Estado Brasileiro, um princípio fundamental consagrado desde a Constituição Federal de 1891, continua a ser um alicerce essencial da estrutura política e social do país. A sua reafirmação na Constituição Federal de 1988 foi marcada pela inclusão dos artigos 5º, incisos VI, VII e VIII¹, que reiteram e fortalecem a proteção da liberdade de crença e religião para todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes em solo nacional. Esta salvaguarda constitucional não apenas garante a liberdade individual de escolha religiosa, mas também consolida a separação entre o Estado e quaisquer instituições religiosas, estabelecendo assim um ambiente inclusivo e pluralista. Esses dispositivos legais não apenas refletem os valores de uma sociedade diversa, mas também servem como base para a promoção da tolerância e da coexistência pacífica entre diferentes crenças e convicções no Brasil contemporâneo.

Ao longo dos últimos anos, tem sido evidente o crescimento significativo da influência religiosa na esfera política brasileira, bem como em outros setores fundamentais, como a educação. Esse fenômeno se manifesta de maneira notável no aumento do número de parlamentares vinculados a correntes religiosas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Essa ascendência religiosa, de acordo com Bissati e Martins², é comprovada pelo substancial aumento de representantes evangélicos na bancada, passando de 63 parlamentares em 2012 para 91 em 2018. Já nas eleições de 2022, conforme aponta Keske³ “somente na Câmara, são pelo menos 75 deputados autodeclarados evangélicos; quase 15% do total de 513 cadeiras”. Tal cenário reflete diretamente na intervenção religiosa nas esferas sociais, políticas e econômicas, estabelecendo uma conexão intrínseca entre as convicções religiosas e as decisões políticas tomadas por esses representantes.

Com o aumento no número de representantes evangélicos na câmara e no senado é fácil perceber a intervenção religiosa na política brasileira. Esse fato pode ser comprovado com as manifestações realizadas em 2011, denominada “Marcha para Jesus” que tinha por objetivo

¹ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

² BISSIATI, Edson Lugatti Silva; MARTINS, Caio César Nogueira. O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil: a bancada evangélica no Congresso Federal. *Mal-estar e Sociedade*, [S. l.], ano 2022, v. 12, n. 01, p. 81-99, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/issue/view/354>. Acesso em: 20 nov. 2023.

³ KESKE, Lucas. Novo Congresso Nacional: o que esperar da “bancada evangélica”. *Humanista*, 30 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/01/30/novo-congresso-nacional-o-que-esperar-da-bancada-evangelica/>. Acesso em: 13 set. 2024.

criticar o projeto “Escola sem homofobia”, apelidado pela bancada evangélica de “Kit Gay”⁴. O objetivo do projeto “Escola sem Homofobia” era permitir as discussões relativas às questões de gênero nas instituições educacionais brasileiras. Esse projeto foi duramente criticado pela bancada evangélica que acreditava verdadeiramente que o ele, na realidade, era uma forma de “estimular crianças e adolescentes a se tornarem homossexuais”.

Em consonância com o movimento citado, diversos outros exemplos podem ser citados para mostrar a interferência das questões religiosas na sociedade. Durante a pandemia da COVID-19, segundo Guerreiro e Almeida:

“[...] alguns dos principais líderes evangélicos brasileiros atuaram contra o isolamento social. Esses pastores oscilavam entre tratar a crise sanitária como uma praga diabólica para destruir o Brasil, tal como as dez pragas do Egito, e negar ou relativizar a doença. Alguns entre eles profetizaram que o vírus não iria atingir o Brasil. Se chegasse, não contaminaria os evangélicos e as igrejas não seriam focos de surtos da doença, embora diversos casos tenham mostrado o contrário.”⁵

Durante o período da pandemia, com o surgimento rápido da vacina contra a COVID-19, houve um acalorado debate entre líderes religiosos a respeito da eficácia e segurança das vacinas, em especial da CoronaVac. Um exemplo proeminente desse embate foi a posição contrária adotada pelo Pastor Silas Malafaia, que expressou suas preocupações em relação à CoronaVac por meio de vídeos divulgados em suas redes sociais⁶.

Paralelamente aos discursos de Malafaia, Guerreiro e Almeida reafirmam os questionamentos acerca das vacinas ao citar a discussão entre o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria:

Em um nível mais direto, Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria, travaram uma discussão pública sobre os imunizantes. Enquanto o governo federal apostava na “vacina de Oxford”, Doria defendia a inclusão da CoronaVac no calendário nacional de vacinação. Doria defendeu a vacinação obrigatória, mas Bolsonaro disse que vacinas devem ser obrigatórias somente para cachorros e que não iria comprar “a vacina chinesa de João Doria”.⁷

Certamente, os atuais desdobramentos entre política e religião vêm se entrelaçando de maneira cada vez mais íntima, resultando em significativas interferências no tecido social e educacional. Melo trata em sua dissertação de mestrado acerca da dança folclórica da região

⁴ QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, p. 486-522, 2018.

⁵ GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & sociedade*, v. 41, p. 49-74, 2021.

⁶ GUERREIRO; ALMEIDA, 2021, p. 49-74.

⁷ GUERREIRO ALMEIDA, 2021, p. 66.

Amazônica como ferramenta pedagógica de ensino de dança nas aulas de Educação Física⁸. Durante a sua pesquisa, Melo demonstra a influência da religião no trabalho docente ao afirmar que

[...]alguns pais não estarem em conformidade de que seus filhos participassem de determinada dança folclórica por diversos fatores, em primeiro devido eles fazerem parte de uma religião que não permite que o corpo se expresse da forma como ocorrem com as danças já vistas por eles [...]⁹

Este fenômeno tem se manifestado na resistência dos alunos em participar de atividades escolares que abordam aspectos da cultura brasileira, como as festas juninas, e eventos que celebram manifestações culturais de outros países, como o Halloween. Diante desse contexto, o objetivo central desta pesquisa reside na análise da influência da religião na participação dos estudantes em atividades pedagógicas relacionadas às expressões culturais brasileiras e estrangeiras. Há a crença de que a presença dos alunos em eventos escolares, como as festividades juninas e o Halloween, é afetada por convicções religiosas, levando muitos estudantes a se absterem dessas ocasiões por discordância de suas crenças com tais manifestações.

Na pesquisa em questão, adota-se uma abordagem descritiva¹⁰ visando a análise da participação dos alunos em atividades pedagógicas culturais e sua correlação com a influência religiosa na não participação. O método de coleta de dados empregado consistiu na utilização de um questionário estruturado, contendo questões objetivas, direcionado tanto aos alunos quanto aos professores. O questionário direcionado aos docentes teve como propósito investigar a influência exercida pela religião em sua prática pedagógica, enquanto o aplicado aos alunos foi concebido para obter informações sobre o perfil da comunidade discente e examinar o impacto das crenças religiosas na participação, ou ausência desta, nos eventos escolares.

Essa pesquisa foi desenvolvida na Unidade Municipal de Ensino Fundamental em Tempo Integral Rubens Vervloet Gomes, localizada no município de Vila Velha, e conhecida popularmente por Vila Olímpica. Essa unidade de ensino, inicialmente de tempo parcial, se tornou escola de tempo integral no ano de 2022 e contempla os anos finais do ensino fundamental com turmas de 6º a 9º ano, atendendo alunos de 11 a 16 anos.

⁸ MELO, Valdenira da Silva. *A dança folclórica regional numa escola pública municipal de Manaus (AM): a concepção da coordenação pedagógica e dos professores*. 2022.

⁹ MELO, 2022, p. 83.

¹⁰ GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

A pesquisa tem por objetivo analisar a influência das religiões na participação discente nos eventos com temática cultural realizados na escola, visto que se tem observado ao longo dos anos resistência de alguns alunos em participar desses eventos por motivos religiosos. Em diversos momentos os motivos não são explicitados, mas ao conversar com alunos e responsáveis os motivos citados para a não participação são, na maioria das vezes, religiosos. Assim, é necessário e importante entender porque e como questões religiosas têm impactado na participação dos alunos nos eventos escolares.

Assim, o primeiro capítulo explana os principais eventos com enfoque cultural nas escolas, bem como os motivos para a realização deles e os impactos deles na comunidade escolar. Aborda-se a comemoração do carnaval, as festas juninas, o dia dos povos originários, as festas juninas, o folclore e o dia da consciência negra. Todos esses eventos são corriqueiros no cotidiano escolar e abordados como eventos festivos, mas também momentos de reflexão acerca da importância deles para a sociedade brasileira.

O capítulo dois expõe um breve histórico da educação integral no Brasil, seguido pela análise das mudanças ocorridas na UMEF Rubens Vervloet Gomes ao se tornar uma escola de tempo integral. As transformações na rotina educacional durante essa transição, bem como a adaptação de alunos e professores também foram objeto de análise. Adicionalmente, apresentou-se uma breve descrição da comunidade discente com base nos dados obtidos por meio da aplicação de um questionário aos alunos.

No terceiro e último capítulo são explorados os dados provenientes da aplicação dos questionários aos docentes e professores, com o objetivo de investigar como a religião influencia tanto na prática docente quanto na participação dos estudantes em eventos pedagógicos com enfoque cultural. Além disso, discute-se o papel da escola em tempo integral para a promoção da mudança de perspectiva dos alunos em relação aos eventos escolares, além do desenvolvimento da consciência e respeito à diversidade em todas as suas manifestações, além do papel da educação integral no desenvolvimento cognitivo, social e comportamental dos alunos, visando à formação de cidadãos conscientes e críticos.

1 OS EVENTOS ESCOLARES COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A educação tem passado por diversas transformações nos últimos anos, tanto no que concerne à organização curricular, quanto à forma de trabalho. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional trata da importância da educação escolar no seu artigo 1º que diz:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.¹¹

Percebe-se, dessa forma, que a LDB¹² se preocupa com as orientações e preceitos legais que regem os sistemas de ensino, mas deixa explícito que a educação não é somente um dever da escola, mas se constrói em todos os setores da sociedade e nas vivências dos estudantes. Assim, apesar da escola ter o papel principal na educação das crianças e jovens, não cabe somente a ela o dever de ensinar e orientar os cidadãos em formação.

A LDB determina, dentre outros, no seu artigo 3º os princípios da educação que são

Art 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

[...] ¹³

Observa-se nesse artigo, a preocupação com a formação integral das crianças e jovens e não apenas com o aprendizado das disciplinas básicas (língua portuguesa, matemática, ciências, artes, geografia e história). É dever dos sistemas de ensino e das unidades escolares promoverem a educação integral dos estudantes, tanto no aspecto cognitivo quanto no aspecto socioemocional pelo conhecimento adquirido e desenvolvido nas diferentes disciplinas do currículo escolar, mas acima de tudo pela vivência com situações que fogem à sua normalidade, o conhecimento do diferente. Na perspectiva de Ribeiro *et al.*:

¹¹ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996. BRASIL, 1996, [n.p.].

¹² BRASIL, 1996.

¹³ BRASIL, 1996.

Nos liames da educação, não há como defender uma proposta destinada apenas a formação intelectual dos seres humanos e muitos menos isolá-los do contexto social no qual se encontram inseridos. A globalização rompeu com as barreiras físicas e virtuais, e possibilitou a integração de diferentes povos, conhecimentos, artes, culturais, tecnologias e tantas outras criações humanas. A formação não se limita à instituições familiares e escolares. Outros tempos, espaços e atores contribuem com o desenvolvimento das habilidades e capacidades dos seres humanos, por meio do encontro e comunicações estabelecidas entre dois ou mais sujeitos.¹⁴

Nesse sentido, os eventos escolares se apresentam como ferramentas metodológicas para a divulgação das diferenças culturais e artísticas observadas na sociedade, mas acima de tudo para promover o contato dos alunos com aspectos sociais e artísticos que não fazem parte de seu cotidiano e a reflexão acerca das diversidades presentes na sociedade brasileira. Como afirma Ribeiro *et al.*,

A formação humana deve ser o objetivo central das propostas, projetos, programas e/ou políticas públicas tendo a Educação Integral como concepção. É preciso envolver outros atores, tempos, espaços e saberes pela formação de sujeitos para agir, intervir e reformular suas experiências humanas dentro da escola, do círculo familiar ou em outros ambientes de convivência com outros cidadãos capazes de lhes possibilitar trocas de experiências e saberes.¹⁵

Dessa perspectiva, o capítulo 1 pretende explorar os diferentes eventos pedagógicos com enfoque cultural abordados e realizados nas unidades escolares, trazendo à tona aspectos culturais, artísticos e históricos de cada manifestação cultural, bem como os preceitos legais para suas inserções no contexto escolar.

1.1 O Carnaval no ambiente escolar

O Carnaval é a maior festa popular brasileira, geralmente realizada no mês de fevereiro, embora sua data possa variar. Atualmente, os destaques dessa celebração são os desfiles das escolas de samba, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, os carnavais de rua, que ocorrem em diversas cidades do Brasil, também ganham destaque, com o Carnaval de Salvador sendo particularmente renomado. Esses eventos não apenas demonstram a riqueza cultural e a diversidade do país, mas também atraem milhões de participantes e turistas, contribuindo significativamente para a economia local e nacional.

Vargas e Brasil demonstram a importância do carnaval ao afirmar:

¹⁴ RIBEIRO, Diovane de César Resende et al. Interculturalidade e currículo na educação integral: tecendo reflexões entre escola e comunidade. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 7, p. 204, 2020.

¹⁵ RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 211.

Essa celebração, que integra pessoas de diferentes culturas em todo o território nacional, será aqui concebida como um evento paradoxal, sobretudo importante na formação do cidadão, em que se alcança uma maior interlocução com a cultura afro-brasileira.¹⁶

No entanto, é importante destacar que o Carnaval, especialmente os desfiles das escolas de samba de São Paulo e do Rio de Janeiro, não se concentram apenas em questões étnico-raciais. Eles propõem uma grande diversidade de temáticas de relevância social, artística, cultural e étnico-racial. Vargas e Brasil corroboram essa visão ao afirmar:

O diálogo acerca da educação para as relações étnico-raciais e a educação estética no contexto do Carnaval é pujante na contemporaneidade, pois expõe a festividade como um fenômeno que concebe rompimentos de barreiras culturais, reforçando o desenvolvimento da habilidade de conviver com o diferente, ao perceber o outro numa perspectiva altruísta.¹⁷

Dado a importância do Carnaval para a sociedade brasileira, tanto do ponto de vista cultural quanto social e econômico, é esperado que essa celebração também seja comemorada nas escolas. Diversas instituições de ensino promovem eventos para comemorar o Carnaval na semana que antecede a festa. Essas comemorações podem incluir bailes de Carnaval, desfiles de fantasias ou outras atividades determinadas pela escola como apropriadas para celebrar essa festividade. A inclusão do Carnaval no ambiente escolar contribui para a valorização da cultura nacional e promove um espaço de convivência e respeito à diversidade.

Martins relata o impacto de uma festa de carnaval na comunidade escolar ao relatar:

O Ciep Graciliano Ramos realizou no dia 20 de fevereiro um baile de carnaval. Fui ao baile a convite da Isabella. Cheguei na escola e logo percebi Luciano vestido de super herói tentando tranquilizar um estudante que estava chorando. Caminhei pelo espaço onde estava acontecendo o baile, enquanto aguardava por Isabella. Olhei para o chão da escola, e logo vi as goteiras da escolas (sic) molhando o chão cheio de confetes.

Depois, fiquei perto do equipamento de som, onde a vice-diretora dançava funk junto com as crianças. De costas para o som, percebi que havia alguns estudantes correndo pelo jardim e brincando de pique-esconde entre as árvores, enquanto outros ensaiaram uma coreografia, que depois fui descobrir ser a coreografia que eles iriam apresentar no desfile. A escola estava toda preenchida.¹⁸

¹⁶ BRASIL, Anderson; VARGAS, Alexandre Siles. O carnaval educa: um olhar a partir da primeira capital do Brasil. *Revista Extraprensa*, v. 14, n. 1, p. 256, 2020.

¹⁷ BRASIL E VARGAS, 2020, p. 256.

¹⁸ MARTINS, Ilana Maria Bittencourt. Pedagogia do carnaval: as interfaces entre o carnaval e a escola. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Percebe-se com esse relato que comemorar o carnaval promove maior engajamento entre o corpo docente e discente, além de permitir o desenvolvimento de habilidades diversas no corpo estudantil.

Assim, o Carnaval, sendo a maior e mais emblemática festa popular brasileira, desempenha um papel fundamental não apenas na celebração da riqueza cultural e diversidade do país, mas também na promoção do engajamento social e educativo. As comemorações carnavalescas, tanto em nível comunitário quanto escolar, permitem uma maior interação entre diferentes grupos e culturas, reforçando a importância do respeito e da convivência harmoniosa. Ao integrar atividades carnavalescas no ambiente escolar, as instituições de ensino contribuem significativamente para a formação cidadã dos estudantes, proporcionando um espaço onde a criatividade, a inclusão e a valorização das tradições culturais são incentivadas. Dessa maneira, o Carnaval transcende sua dimensão festiva, consolidando-se como um evento de relevância educacional e social, capaz de fortalecer os vínculos comunitários e enriquecer a experiência educacional dos alunos.

1.2 A celebração aos povos indígenas e as relações étnico-raciais no contexto escolar

Em 8 de julho de 2022, foi sancionada pelo presidente da República a Lei nº 14.402¹⁹, que revoga o Decreto de Lei nº 5.540/1943, instituindo o dia 19 de abril como o Dia dos Povos Indígenas em substituição ao antigo Dia do Índio. A iniciativa para essa mudança partiu da deputada Joenia Wapichana, que ressalta a importância dessa alteração, pois ela não se restringe mais à figura do indígena individual, mas abrange toda a questão cultural, social, linguística e histórica dos povos indígenas do Brasil.

Essa mudança legislativa é significativa, pois os povos indígenas são parte intrínseca da constituição da sociedade brasileira, sendo os habitantes originais dessa terra antes da chegada dos colonizadores portugueses. Celebrar a riqueza cultural dos povos originários é, portanto, um ato de reconhecimento e valorização da história e da diversidade cultural do Brasil.

É importante ressaltar também que essa medida se soma à promulgação da Lei 11.645/2008, que garante o direito aos docentes de trabalhar as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e seu texto diz:

¹⁹ BRASIL. *Lei nº 14.402, de 08 de julho de 2022*. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Brasília, DF, 2022.

Art. 1º O artigo 26-A da Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”²⁰

Essa lei representa um avanço significativo no reconhecimento da diversidade étnica e cultural do Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferenças. Essas iniciativas legislativas refletem um movimento em direção à valorização e ao respeito pela diversidade étnica e cultural do país, reconhecendo a importância dos povos indígenas e sua contribuição para a formação da identidade nacional brasileira.

Percebe-se, dessa forma, que as questões étnico-raciais são obrigatórias nos currículos escolares, não cabendo questionamentos acerca de sua aplicação em sala de aula, uma vez que estão amparadas legalmente. Assim, docentes e alunos devem dialogar rotineiramente sobre essas questões, promovendo a quebra de preconceitos e o esclarecimento acerca das diferenças observadas nas manifestações culturais envolvendo o negro e o indígena.

Coincidentemente ou não, as temáticas relativas aos negros e aos indígenas são presentes na sociedade. Muitas manifestações culturais, como o samba, o funk, o maracatu, o frevo e a folia de reis, têm raízes africanas e indígenas. Assim, essas temáticas precisam estar presentes no cotidiano escolar.

1.3 As festas juninas no contexto escolar

Um dos eventos mais impactantes e presentes nas comunidades escolares são as festas juninas. Como o próprio nome sugere, essas festas são tradicionalmente comemoradas no mês de junho, embora possam ser adaptadas e celebradas em julho ou agosto. Este festejo é particularmente comum e significativo na região nordeste do Brasil, onde ocorrem grandes Festas de São João em estados como Bahia, Sergipe e Pernambuco, entre outros.

²⁰ BRASIL. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.*

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

Apesar de serem mais destacadas no Nordeste, as festas juninas são celebradas em muitos outros estados do Brasil, incluindo o Espírito Santo. Essas festividades se destacam pela variedade de comidas e bebidas típicas, que refletem a rica cultura culinária brasileira. No entanto, o elemento mais marcante das festas juninas é a quadrilha, uma dança tradicional realizada em pares, que envolve coreografias elaboradas e muita interação social.

Leal destaca a realização das festas, com destaque para juninas, ao afirmar:

Entretanto, é no momento de efervescência e oscilações, que as festas passam a obter destaque relevante na dinâmica das cidades do Brasil, através de suas formas de criação de sentimentos: fé, pertencimento, devoção e recreação que, por meio destas, as características específicas do local sejam vistas, sentidas e expressas da forma mais explícita possível. Os sentimentos citados anteriormente são importantes fatores para destacar as festas populares brasileiras, dentre elas, as festas juninas, que estão espalhadas pelo território brasileiro, com características diferentes (vestimentas, danças tradicionais, comidas típicas) demonstrando as diversas identidades territoriais do país.²¹

As festas juninas são uma rica representação da cultura brasileira, integrando elementos das culturas branca, negra e indígena, além de aspectos religiosos. Originalmente eventos religiosos dedicados a Santo Antônio, São João e São Pedro, essas celebrações combinam tradições indígenas, africanas e europeias. Marcadas por rituais como pedidos de casamento e prosperidade, fogueiras, quadrilhas e procissões, as festas juninas destacam-se pela culinária típica, incluindo pratos como milho cozido, canjica e quentão. As danças da quadrilha, com suas coreografias narrativas, e a gastronomia típica aquecem as noites de inverno, promovendo a integração social e fortalecendo os laços comunitários. Assim, as festas juninas são um testemunho vibrante da diversidade e riqueza cultural do Brasil, unindo tradição e contemporaneidade em um espetáculo encantador.

Segundo Rodrigues:

O conceito dos festejos juninos vem justamente quebrar paradigmas geográficos e aproximar realidades, assim como bem traz para o universo urbano a figura do agricultor, representada, por exemplo, em São José, popularmente entendido como Santo da Colheita no nordeste brasileiro, pois, segundo as crenças, a chuva do dia 19 de março é chuva de fartura da safra agrícola.²²

É relevante destacar a menção a São José nos festejos juninos, mesmo sendo ele cultuado em 19 de março, pois sua figura é de suma importância para o povo nordestino,

²¹ LEAL, Marcos Vinícius Sousa. As festas juninas, novos cenários e sua espetacularização: um olhar geográfico do festival folclórico do município de Tracuateua, Pará. *Pensar Geografia*, v. 7, n. 1, p. e7202405-e7202405, 2023.

²² RODRIGUES, Gisele Lucy Machado. *Ressignificação da festa junina: novos sentidos da quadrilha no interior do Rio de Janeiro*. 2021.

marcando o início das festividades juninas nessa região. Este aspecto ressalta a forte ligação entre a cultura nordestina e as tradições religiosas, evidenciando a maneira única como esses eventos são vivenciados e celebrados.

Analisando as palavras de Rodrigues, podemos perceber a significativa importância das festas juninas entre as manifestações culturais brasileiras. Elas transcendem a mera representação da cultura regional, servindo também como expressão de fé e devoção. Esse aspecto demonstra como até mesmo os eventos festivos mais tradicionais estão profundamente enraizados na religiosidade do povo brasileiro.

Em síntese, as festas juninas representam um importante aspecto da cultura brasileira, não apenas como uma celebração festiva, mas também como um reflexo da diversidade cultural e da religiosidade do povo brasileiro. Por meio dessas festividades, é possível compreender melhor a riqueza e a complexidade da cultura nacional, valorizando as tradições e promovendo a integração entre as diferentes regiões do país.

1.4 O Folclore no contexto escolar

Outro tema bastante recorrente no contexto escolar, principalmente na educação infantil, é o Folclore. É válido ressaltar que, apesar de muito se falar sobre o tema, não existe consenso na comunidade acadêmica acerca do conceito de folclore. Brandão destaca que para muitos o folclore consiste no conjunto de saberes populares que incluem mitos, lendas e ritos que são produzidos por um povo e passado geração a geração oralmente; para outros, no entanto, o folclore é definido como sendo parte integrante da cultura e com abrangência mais profunda ou superficial dependendo de quem a ele se refere. Não cabe, nesse trabalho, no entanto, discutir as questões relativas à definição do termo Folclore.

Apesar de toda a dificuldade em definir o que é ou não folclore, é fato perceptível que na área de educação o folclore é tratado como o conjunto de mitos e lendas desenvolvido por um povo. Nesse sentido, o folclore é trabalhado na educação infantil com foco nas lendas dos povos indígena e negro. Pedro e Carneiro reforçam essa maior apropriação do folclore na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental ao afirmar:

No que tange ao ensino de Folclore, quando nos lembramos da infância, é comum na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental termos e práticas pedagógicas que oportunizam as rodas cantadas, as músicas folclóricas e as brincadeiras consideradas antigas. Muitas vezes, o folclore se faz presente somente na

infância, por meio das rodas cantadas, das parlendas, dos trava-línguas e das brincadeiras, e depois tende a sumir das nossas vidas.²³

Não obstante, é imprescindível integrar o tema do folclore na educação, seja no ensino infantil, fundamental ou médio. Afinal, as manifestações folclóricas são elementos fundamentais da história e da identidade de uma sociedade. Trabalhar com o folclore na escola permite aos alunos compreenderem e valorizarem suas próprias raízes culturais, bem como as tradições e práticas de diferentes comunidades. Além disso, essa abordagem contribui para a preservação do patrimônio cultural e promove um ensino mais inclusivo e enriquecedor, que valoriza a diversidade e estimula o respeito às diferentes formas de expressão cultural. Pedro e Carneiro corroboram esse ponto de vista ao afirmar:

Entende-se, também que o folclore brasileiro é bem diversificado e conta com atributos das culturas portuguesa, africana e indígena, ou seja, é o conjunto de expressões culturais de um povo e com ele podemos explicar características sociais pertinentes no âmbito social que conseqüentemente são encontrados na escola, visto que a instituição faz parte e reflete o encontrado na sociedade.²⁴

A inclusão do folclore no currículo escolar também pode contribuir para a formação de uma consciência histórica e social nas crianças. Ao conhecerem as narrativas folclóricas, os alunos têm a oportunidade de refletir sobre questões como a origem das tradições, os valores transmitidos por elas e a maneira como essas histórias influenciam as práticas culturais contemporâneas. Dessa forma, o folclore se torna uma ferramenta pedagógica poderosa para a construção de um ensino mais inclusivo e significativo.

Em suma, embora o conceito de folclore ainda seja objeto de debate, sua aplicação na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem se mostrado eficaz na promoção do conhecimento cultural e na formação integral dos alunos. O trabalho com o folclore permite que as crianças estabeleçam uma conexão profunda com suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades importantes para sua formação pessoal e social.

1.5 O Halloween como evento escolar

²³ PEDRO, Ernande Alves; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. O folclore brasileiro com a diversidade cultural dentro da escola pública. *Revista Expressão Católica*, v. 11, n. Especial, p. 243-249, 2022.

²⁴ PEDRO E CARNEIRO, 2022, p. 248.

O Halloween, celebrado anualmente em 31 de outubro, é uma festividade com raízes históricas profundas e multifacetadas. Suas origens remontam aos antigos festivais celtas, em particular ao Samhain, que marcava o fim do verão e o início do inverno. Durante essa celebração, acreditava-se que os espíritos dos mortos retornavam à Terra, e para afastá-los, os celtas acendiam fogueiras e usavam máscaras. Com a romanização, o Samhain foi incorporado a outras tradições romanas, como o festival de Pomona, deusa dos frutos e sementes, contribuindo para a mistura de rituais que hoje conhecemos como Halloween. Da Silva Peixoto e De Oliveira concordam com esse ponto de vista ao afirmar

O Halloween, ou dia das bruxas conhecido no Brasil, é uma celebração com origem celta datada em 31 de outubro anualmente. Nos países anglo-saxônicos (países com a língua inglesa como dominante) esta festividade é forte, principalmente entre as crianças que se fantasiam de diversos personagens e saem de casa fazendo a seguinte pergunta *trick or treat?* (doces ou travessuras?) para conseguir doces.²⁵

A festividade evoluiu ao longo dos séculos, principalmente através das influências cristãs e da imigração irlandesa e escocesa para os Estados Unidos durante o século XIX. Nos EUA, o Halloween se popularizou como um evento comunitário com festas à fantasia, lanternas de abóbora (*jack-o'-lanterns*) e a prática do "trick-or-treat" (doces ou travessuras), onde crianças fantasiadas vão de porta em porta pedindo guloseimas. Além disso, o Halloween moderno é caracterizado por decorações assustadoras, filmes de terror e outras atividades temáticas. Da Silva Peixoto e De Oliveira reforçam a questão cultural do Halloween nos países de língua inglesa ao afirmar:

Além disso, as casas são enfeitadas e outros locais públicos também fazem parte desse evento, como centros de compras, supermercados, escolas e cursos de idiomas. Adultos também se fantasiam e saem às ruas para seus compromissos.²⁶

No contexto brasileiro, o Halloween começou a ganhar destaque nas últimas décadas, especialmente nas escolas. Esse fenômeno está ligado à crescente influência da cultura pop norte-americana e ao ensino da língua inglesa como principal idioma estrangeiro nas instituições de ensino. Nas escolas brasileiras, o Halloween é frequentemente utilizado como uma ferramenta pedagógica para enriquecer o aprendizado da língua inglesa e promover a compreensão cultural.

²⁵ DA SILVA PEIXOTO, Adriane; DE OLIVEIRA, Ivana Guimarães. Demonização do halloween: uma análise do discurso da tag# naoohalloween. *Movendo Ideias*, v. 27, n. 1, p. 67-75, 2022.

²⁶ DA SILVA PEIXOTO, A.; DE OLIVEIRA, I. G., 2022, p. 69.

Ao integrar o Halloween no currículo escolar, os educadores buscam não apenas ensinar vocabulário e expressões idiomáticas em inglês, mas também explorar aspectos culturais e históricos da festividade. Essa abordagem multidisciplinar contribui para uma educação mais ampla e inclusiva, que valoriza a diversidade cultural e promove o respeito às diferenças. Mardegan, Nicolini e de Moura corroboram esse aspecto ao afirmar:

Dessa forma, estudar uma determinada língua é também estudar suas representações culturais e sociais, compreender os discursos de suas comunidades de fala interligados à suas crenças, hábitos, costumes e tradições vivenciadas socialmente.²⁷

A incorporação do Halloween nas atividades escolares brasileiras não apenas enriquece o aprendizado da língua inglesa, mas também promove uma maior compreensão das tradições culturais dos países anglófonos. Ao celebrar o Halloween, as escolas proporcionam aos alunos uma experiência prática e envolvente que vai além do ensino tradicional de idiomas, incentivando a curiosidade e a participação ativa. Essa abordagem multicultural ajuda a formar cidadãos globalmente conscientes e respeitosos das diversidades culturais, fortalecendo o currículo escolar e contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Em conclusão, o Halloween, com suas raízes históricas ricas e celebrações vibrantes, tem se tornado uma ferramenta educativa valiosa nas escolas brasileiras. Ao incorporar essa festividade no ambiente escolar, os educadores promovem um aprendizado significativo e uma apreciação mais profunda das tradições culturais globais. Isso fortalece o currículo escolar e contribui para a formação de cidadãos globalmente conscientes e culturalmente sensíveis.

1.6 Os eventos escolares com enfoque cultural e os preceitos legais da educação brasileira

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz como competências gerais da Educação Básica, alguns tópicos que englobam a necessidade de valorização e estudo das diversas manifestações culturais como se observa nas competências 1, 3 e 6:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
[...]
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

²⁷ MARDEGAN, Roberta Dias; NICOLINI, Patrícia Peres Ferreira; DE MOURA, Sérgio Arruda. Halloween-um projeto pedagógico de sustentabilidade, cidadania e cultura. *InterSciencePlace*, v. 17, n. 5, 2022.

[...]

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo e do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.²⁸

Observa-se por meio dessas competências que a inclusão de manifestações culturais e artísticas devem estar presentes no ambiente escolar como forma de ampliar o conhecimento de mundo dos alunos, bem como a sua capacidade de compreender as diferenças. Ribeiro *et al.* confirmam esse ponto de vista ao afirmar:

A escola abriga em suas dependências uma diversidade cultural representada pelos professores, alunos e pessoal técnico administrativo, além dos habitantes residentes no entorno da unidade pedagógica, constituindo assim uma comunidade educativa.²⁹

É perceptível, portanto, que a realização de atividades que envolvam temas e questões culturais são fundamentais para o desenvolvimento dos discentes. Reconhecer as diversidades e aprender a conviver com elas também é papel da educação. Ribeiro *et al.* apoiam essa visão quando dizem:

Somos seres oriundos de grupos culturais distintos, dos quais apropriamos os valores, as crenças e os hábitos que influem em nossas concepções de mundo e de vida. Quando tangenciamos os aspectos culturais no campo escolar, desejamos aprofundar sobre a influência da sociedade e suas contribuições na formação integral do ser humano.³⁰

A BNCC reforça a necessidade de formação integral dos estudantes. Ela determina que as escolas devem se preocupar com a formação global do indivíduo não só no aspecto cognitivo, mas também em questões socioemocionais. Esse aspecto da educação está destacado no seguinte trecho da BNCC:

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.³¹

²⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 17. Mar. 2024.

²⁹ RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 204.

³⁰ RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 205.

³¹ BRASIL, 2018, p. 14

Como alcançar essa educação integral na educação básica? Um dos aspectos fundamentais para a formação global do indivíduo é o conhecimento e o respeito às diversidades presentes na sociedade brasileira. Seja do ponto de vista cultural, artístico, religioso ou social, a escola precisa se apoiar no reconhecimento dessas diversidades e desenvolver atividades que promovam o respeito ao diferente. Nesse sentido, a BNCC enfatiza a importância e a necessidade de abordar questões culturais em diversas disciplinas.

Para concretizar essa abordagem integral, a BNCC destaca eventos culturais significativos como o Carnaval, o folclore, as questões étnico-raciais (incluindo as relativas aos povos originários) e as festas juninas. Esses elementos são integrados em várias competências, tais como as competências gerais 1, 3 e 6, que focam no desenvolvimento pessoal, social e cultural dos alunos. Além dessas competências gerais, a BNCC também inclui aspectos culturais em diversos outros pontos do currículo, garantindo uma abordagem transversal e interdisciplinar.

Na área de Linguagens para o ensino fundamental, por exemplo, as questões culturais são explicitamente mencionadas nas competências específicas 1, 2 e 5 que trazem os seguintes textos:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
[...]
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, de produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.³²

Já no caso da área de Matemática, a BNCC enfoca o reconhecimento da matemática como construto histórico e cultural e reforça a utilização dela como ferramenta para a compreensão de aspectos qualitativos e quantitativos presentes nas práticas culturais, presentes nas competências 1, 4 e 7 que dizem:

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

³² BRASIL, 2018, p. 65.

[...]

4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

[...]

7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.³³

Na área de Ciências da Natureza, as competências 1, 4 e 5 enfocam o papel dessa área de conhecimento na compreensão de aspectos culturais das ciências:

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.

[...]

4. Avaliar as aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias, para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.³⁴

Por último, a BNCC enraíza ainda mais a necessidade de tratamento de aspectos culturais e sociológicos dos diversos movimentos culturais e artísticos nas competências específicas da área de Ciências Humanas nas competências 1, 2, 3 e 4 que dizem:

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.³⁵

Ao promover uma educação que valoriza a diversidade cultural, a BNCC não apenas enriquece o currículo escolar, mas também contribui para a formação de cidadãos mais

³³ BRASIL, 2018, p. 267.

³⁴ BRASIL, 2018, p. 324.

³⁵ BRASIL, 2018, p. 357.

conscientes e respeitosos das diferentes manifestações culturais. Dessa forma, a escola se torna um espaço de inclusão, respeito e valorização da pluralidade, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No que concerne ao Halloween, a necessidade de apropriação dessa manifestação cultural estrangeira está presente na BNCC quando afirma:

A proposição do eixo Dimensão intercultural nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea estão em contínuo processo de interação e (re)construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais.³⁶

A BNCC complementa essa determinação com a sexta competência específica para o ensino da língua inglesa que diz:

6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.³⁷

Todos esses fatos apresentados mostram o quanto a participação discente é imprescindível nos eventos com enfoques culturais. Um aluno que não participa desses eventos está sendo eximido da possibilidade de refletir acerca da diversidade presente na sociedade brasileira e, portanto, de aprender a respeitar o diferente.

Além das competências presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, por si só, já garantem a inclusão de questões culturais e étnico-raciais na educação básica, a Lei nº 11.645/2008³⁸ reforça esse compromisso ao assegurar aos docentes o direito de abordar as relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

A BNCC³⁹ estabelece diretrizes que promovem a valorização da diversidade cultural e étnica, integrando essas temáticas de forma transversal em todas as disciplinas. Essas competências visam formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de reconhecer e respeitar as diferenças culturais e sociais presentes na sociedade brasileira. A inclusão dessas questões no currículo escolar é fundamental para combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

³⁶ BRASIL, 2018, p. 245.

³⁷ BRASIL, 2018, p. 246.

³⁸ BRASIL, 2008, [n.p.].

³⁹ BRASIL, 2018, [n. p.].

A Lei nº 11.645/2008⁴⁰ complementa a BNCC ao especificar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os níveis da educação básica. Essa legislação reconhece a importância de uma abordagem educacional que reflita a pluralidade da sociedade brasileira, destacando a contribuição dos povos africanos e indígenas para a formação da identidade nacional. A lei visa corrigir a invisibilidade histórica desses grupos, garantindo que suas culturas e histórias sejam valorizadas e transmitidas às novas gerações.

A implementação dessas diretrizes e leis no ambiente escolar exige um compromisso contínuo dos educadores e gestores educacionais. É necessário desenvolver materiais didáticos apropriados, promover a formação continuada dos professores e criar espaços de diálogo e reflexão sobre a diversidade étnico-racial. Essas ações contribuem para a construção de uma escola democrática e inclusiva, onde todos os estudantes se sintam representados e respeitados.

Dessa forma, tanto a BNCC quanto a Lei nº 11.645/2008 são pilares essenciais para a promoção de uma educação que valorize e respeite a diversidade cultural e étnica do Brasil. Elas asseguram que as questões étnico-raciais sejam parte integrante do currículo escolar, preparando os alunos para viverem em uma sociedade plural e diversa.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

⁴⁰ BRASIL, 2008, [n.p.].

2 EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UMA VISÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RUBENS VERVLOET GOMES, A VILA OLÍMPICA

A Educação Integral tem se destacado como uma abordagem educacional inovadora e promissora, especialmente no contexto brasileiro. A Unidade Municipal de Ensino Fundamental Rubens Vervloet Gomes, a Vila Olímpica, é um exemplo inspirador dessa modalidade de ensino. Neste capítulo introdutório, vamos explorar a transição da escola regular para a escola em tempo integral, as exigências do trabalho docente nesse contexto e a comunidade discente que compõe essa instituição.

A Educação Integral é um modelo educacional que busca ampliar o tempo e os espaços de aprendizagem, visando o desenvolvimento integral dos estudantes. No Brasil, essa abordagem tem ganhado destaque como uma forma de promover a equidade e a qualidade na educação. A Unidade Municipal de Ensino Fundamental Rubens Vervloet Gomes, a Vila Olímpica, é um exemplo pioneiro desse modelo, buscando integrar diferentes áreas do conhecimento e promover uma formação mais completa e abrangente para seus alunos.

A transição da escola regular para a escola em tempo integral é um desafio que envolve diversos aspectos. Na UMEFTi Rubens Vervloet Gomes, essa transição foi cuidadosamente planejada e implementada, levando em consideração as necessidades e características dos estudantes, bem como as demandas da comunidade escolar. A ampliação da carga horária e a diversificação das atividades pedagógicas são aspectos fundamentais desse processo, que visa proporcionar uma experiência educacional mais enriquecedora e significativa.

O trabalho docente em uma escola em tempo integral requer habilidades e competências específicas. Os professores da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes são profissionais dedicados e capacitados, que buscam constantemente se atualizar e se aprimorar para atender às exigências desse modelo educacional. Além do domínio dos conteúdos curriculares, é necessário ter uma visão ampla e integrada do processo educativo, bem como habilidades para lidar com a diversidade e promover a participação ativa dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem.

A comunidade discente da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes é composta por alunos de diferentes perfis e realidades socioeconômicas. A escola busca valorizar a diversidade e promover a inclusão, oferecendo um ambiente acolhedor e estimulante para todos os estudantes. A participação dos alunos nas atividades pedagógicas e extracurriculares é incentivada,

contribuindo para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para a formação de cidadãos mais críticos e engajados.

Ao longo deste capítulo, vamos explorar mais detalhadamente cada um desses aspectos, buscando compreender melhor o funcionamento e os desafios da Educação Integral na UMEFTi Rubens Vervloet Gomes.

2.1 A Educação Integral no Brasil

A educação integral tem sido uma busca constante do sistema educacional brasileiro e diversas foram as tentativas de implementação desse modelo de educação ao longo dos anos. O movimento pela educação integral iniciou-se com o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932. Segundo esse movimento, a educação integral era um direito de todos e dever do Estado fornecer os meios para a sua execução. Azevedo *apud* Gadotti destaca o papel do Estado em garantir a educação integral ao afirmar:

[...] do direito de cada indivíduo à educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais [...]. Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo.⁴¹

Ao longo dos anos, desde a publicação do manifesto diversas tentativas de implementação da escola de tempo integral foram efetuadas, mas sempre esbarraram em questões políticas. As “Escola Parque” de Anísio Teixeira e os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), de Darcy Ribeiro são exemplos disso. Nas palavras de Gadotti (2009, p. 23) sobre as Escola Parque:

A proposta visava a alternar atividades intelectuais com atividades práticas, como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia. Alguns alunos órfãos ou abandonados podiam residir na escola.⁴²

Observa-se, assim, que o projeto de Anísio Teixeira não se limitava à reestruturação educacional, mas também visava implementar um programa de assistencialismo voltado para as populações carentes. Embora tenha iniciado e resultado na construção de algumas escolas

⁴¹ AZEVEDO, Fernando *et al.*, 1932 *apud* GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. 2009.

⁴² GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. 2009.

parque, o projeto não foi continuado. O próprio idealizador, dois anos após a implementação da primeira Escola Parque em Brasília, reconheceu que o projeto havia perdido seu objetivo inicial. Segundo Gadotti, a Escola Parque desviou-se de seu intento original ao priorizar os interesses dos alunos, passando a valorizar mais as humanidades do que a iniciação ao trabalho⁴³. Essa mudança de perspectiva ocorreu devido à localização da instituição em uma região de classe média alta, onde a iniciação ao trabalho não era considerada tão fundamental quanto para alunos de regiões carentes.

No caso dos Cieps de Darcy Ribeiro, criados entre 1983 e 1987 durante o governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, além da estrutura física proposta, o foco estava mais na questão pedagógica, enfatizando a não reprovação e a avaliação por meio de objetivos. Nesse sentido, a educação integral favoreceria o processo ensino-aprendizagem, pois os alunos teriam mais oportunidades de alcançar os objetivos propostos para o ano seguinte, que continuariam sendo trabalhados. O projeto foi abandonado no final do governo de Leonel Brizola, mas as unidades já construídas continuaram funcionando, sem a construção de novas unidades.

O projeto foi retomado no governo de Fernando Collor (1990-1992), porém passou por uma mudança de nome, sendo denominado Centros Integrados de Atendimento às Crianças (Ciacs), e posteriormente foi renomeado no governo Itamar Franco, passando a se chamar Centros de Atenção à Criança (Caic)⁴⁴.

A implantação dos Caics prosseguiu até 1995 quando foi interrompida. Nesse momento, tinham sido construídas duzentas unidades e previa-se a construção de mais cinco mil novas unidades nos anos seguintes. No entanto, “o projeto dos Ciacs foi criticado por muitos educadores que o consideraram um projeto “promocional” e não pedagógico, acreditando que a distribuição dessas cinco mil novas unidades escolas, pelos Estados e municípios, obedeceria apenas a interesses políticos”⁴⁵. Apesar das críticas, muitos educadores acreditavam que os Caics poderiam promover grande revolução na educação brasileira que poderia até mesmo ser exemplo para outros países.

Após esse período, foram implantados em São Paulo os Centros Educacionais Unificados (CEUs) que se valeram das experiências frustradas dos modelos anteriores para a elaboração de suas estruturas físicas e seus projetos pedagógicos. Nas palavras de Gadotti:

⁴³ GADOTTI, 2009.

⁴⁴ GADOTTI, 2009.

⁴⁵ GADOTTI, 2009, p. 17.

O projeto dos CEUs foi concebido, desde sua origem, como uma proposta intersetorial, somando a atuação de diversas áreas, como: meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, desenvolvimento local, saúde, cultura, esporte e lazer. Os CEUs inspiram-se na concepção do equipamento urbano agregador da comunidade, com uma visão de educação que transcende a sala de aula e o espaço escolar.⁴⁶

Os CEUs não são apenas espaços escolares, mas também instituições sociais comunitárias. Além de oferecerem atividades educacionais aos alunos, promovem uma variedade de atividades que beneficiam não apenas os estudantes, mas também a comunidade local.

Apesar de seu sucesso contínuo, os CEUs permaneceram limitados ao Estado de São Paulo e não foram expandidos para outras regiões do país. No entanto, o interesse pela educação em tempo integral foi reavivado com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024.

A BNCC destaca a importância da educação integral, enfatizando a necessidade de formação holística das crianças e jovens, preparando-os para a cidadania, conforme explicitado em:

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.⁴⁷

No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que seu enfoque está na educação integral, não necessariamente na educação em tempo integral, pois são abordagens distintas. A educação integral visa a formação global do indivíduo, enquanto a educação em tempo integral busca ampliar o tempo de permanência do aluno na escola. No entanto, é importante ressaltar que a educação integral e a educação em tempo integral não devem ser vistas como separadas, mas sim como complementares. A ampliação da jornada escolar pode ser um mecanismo eficaz para promover a educação integral dos educandos, uma vez que o maior tempo de permanência no ambiente escolar proporciona a exploração e a utilização de

⁴⁶ GADOTTI, 2009, p. 29.

⁴⁷ BRASIL, 2018, p. 14.

diversos recursos, metodologias e atividades que contribuem para o desenvolvimento das habilidades necessárias à formação integral dos alunos.

Conforme afirma Arroyo (1988, p. 4), a educação em tempo integral tem:

[...] antes de tudo, um caráter formador, pretendem proporcionar ao educando uma experiência educativa total, que não se limite a ilustrar a mente, mas que organize seu tempo, seu espaço, que discipline seu corpo, que transforme e conforme sua personalidade por inteiro. O papel do mestre não termina com a lição na sala de aula, essa é apenas uma das tarefas, nem sempre a mais relevante. DO mestre se espera que seja preceptor, educador, e da instituição que seja formadora, não mera instrutora ou informadora.⁴⁸

Essa abordagem foi concebida para a promoção da educação integral em tempo integral nos moldes contemporâneos, nos quais o aluno é considerado o protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagem, enquanto o professor desempenha o papel de mediador e orientador nesse processo. Nessa visão, a escola se configura como o ambiente propício para que os alunos possam desenvolver diversas habilidades essenciais para uma cidadania plena, pautada na consciência crítica.

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014 para o período de 2014 a 2024, apresenta diversas metas que enfatizam e priorizam a educação em tempo integral. A meta 6 dessa legislação focaliza a educação em tempo integral e tem como objetivo "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica" ⁴⁹.

No PNE para o decênio 2024-2034, a meta 6 é a mesma do plano anterior. No entanto, ele traz uma visão diferenciada da educação integral, como observado abaixo:

Nesse sentido, garantir educação integral requer mais que simplesmente a ampliação da jornada escolar diária, exigindo dos sistemas de ensino e seus profissionais, da sociedade em geral e das diferentes esferas do governo não só o compromisso para que a educação seja de tempo integral, mas também um projeto pedagógico diferenciado, a formação de seus agentes, a infraestrutura e os meios para sua implementação.⁵⁰

⁴⁸ ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. *Cadernos de pesquisa*, n. 65, p. 3-10, 1988.

⁴⁹ BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Movimento*. 2014, [n.p.]. Disponível em: < <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

⁵⁰ BRASIL. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. 2024, p. 1-62. Disponível em: < https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

Novamente observa-se que a proposta para a educação integral vai além da simples ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. É necessário que a proposta de educação integral tenha a participação de outros atores que não somente a escola. O PNE 2024-2034 propõe a participação da comunidade escolar e a utilização de espaços diversos como forma de ampliação da jornada escolar que não deve, necessariamente, ser realizada nas unidades escolares. Essas questões são afirmadas no PNE 2024-2034 no seguinte trecho:

Mudar essa realidade e atender o que propõe o PNE dependerá de ações como: promover, com o apoio da União, a oferta da educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo[...]⁵¹

Ao analisarmos o Programa Nacional de Educação (PNE), torna-se evidente que sua finalidade transcende a mera extensão do tempo de permanência dos alunos na escola. O cerne do PNE reside na criação de oportunidades para que esse tempo adicional seja dedicado a atividades enriquecedoras, que abordem não apenas o aspecto acadêmico, mas também o cultural e o esportivo. Embora seja inegável que ainda há um longo percurso a ser percorrido em direção à efetiva implementação da educação em tempo integral e integralmente enriquecida, é notável o progresso que tem sido alcançado. Observa-se uma crescente expansão das escolas em tempo integral, tanto a nível estadual quanto municipal, indicando uma conscientização cada vez maior sobre a importância desse modelo educacional mais abrangente e inclusivo.

2.2 Unidade Municipal de Ensino Fundamental Rubens Vervloet Gomes, a Vila Olímpica

Ao longo da primeira década dos anos 2000, a UMEF Rubens Vervloet Gomes, popularmente conhecida como Vila Olímpica, foi concebida e inaugurada, como destacado na introdução deste capítulo. Com uma infraestrutura abrangente, que inclui 16 salas de aula, refeitório, salas especializadas para professores, pedagogos, educação especial, coordenação e direção, além de outros espaços como a secretaria, biblioteca, cozinha, laboratório de ciências, quadra poliesportiva, campo de futebol, sala de dança, piscina e auditório, a escola inicialmente atendia uma média de 500 a 600 alunos tanto no período matutino quanto vespertino. Esses

⁵¹ BRASIL, 2024, p. 29.

alunos eram distribuídos em turmas do 6º ao 9º ano, englobando jovens com idades entre 11 e 16 anos, na modalidade de Ensino Fundamental Anos Finais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), como exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sob os artigos 12, 13 e 14⁵², representa um compromisso fundamental para toda instituição de ensino. Na mencionada escola, sua formulação foi um processo participativo que envolveu ativamente todos os membros da comunidade escolar: professores, alunos, pais, equipe pedagógica, equipe administrativa e auxiliares de serviços gerais. Esse documento foi estruturado considerando tanto o ambiente físico da instituição quanto a realidade social na qual está inserida. Além disso, o PPP abraça conceitos fundamentais como Homem, Sociedade, Escola, Trabalho, Educação, Cultura, Tecnologia, Cidadania e Letramento, com um foco específico no desenvolvimento integral dos estudantes, visando formar não apenas alunos, mas cidadãos plenos. Tal abordagem está alinhada com o preceito do Artigo 3º da LDB:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.⁵³

O Conselho de Escola, um órgão presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP), desempenha um papel de suma importância na definição de diretrizes que afetam significativamente o ambiente escolar, sendo crucial para o pleno funcionamento e desenvolvimento da unidade de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) traz a seguinte redação quanto ao Conselho Escolar:

O Conselho Escolar tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, consultivo e normativo no referente a quaisquer assuntos relacionados à escola. O Conselho é composto pelo presidente, vice-presidente, dois representantes de alunos,

⁵² BRASIL, 1996, [n.p.].

⁵³ BRASIL, 1996, [n.p.].

dois representantes de professores, dois representantes de pais. O mandato da equipe eleita tem duração de dois anos.

Este órgão colegiado, composto por representantes de diversos segmentos da comunidade escolar, como professores, funcionários, pais, alunos e membros da comunidade local, tem a responsabilidade de discutir e deliberar sobre questões relevantes para a instituição de ensino. A importância do conselho de escola reside na sua capacidade de promover a participação democrática e a construção coletiva de decisões, contribuindo para a gestão transparente e eficaz da escola. Além disso, o conselho atua como um espaço de diálogo e mediação de conflitos, favorecendo a construção de uma cultura escolar inclusiva e participativa. Dessa forma, é fundamental que o conselho de escola seja valorizado e fortalecido, pois sua atuação pode impactar diretamente na qualidade do ensino e no desenvolvimento integral dos estudantes.

No entanto, apesar de sua importância, é importante ressaltar que o Conselho de Escola enfrenta desafios significativos em sua atuação. Um dos principais desafios é garantir a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar, especialmente dos pais e alunos, que muitas vezes encontram dificuldades para se fazerem presentes nas reuniões e atividades do Conselho. Outro desafio é assegurar que as decisões tomadas pelo Conselho sejam efetivamente implementadas, o que requer um trabalho contínuo de acompanhamento e avaliação por parte de todos os membros do Conselho. Além disso, o Conselho também enfrenta o desafio de lidar com questões complexas e muitas vezes polêmicas, que exigem um alto grau de diálogo e negociação entre os diferentes atores envolvidos.

Diante desses desafios, é fundamental que o Conselho de Escola busque formas de fortalecer sua atuação e sua legitimidade, garantindo que ele cumpra plenamente seu papel de órgão deliberativo e consultivo, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Para isso, é essencial que o Conselho promova espaços de diálogo e participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, buscando construir consensos e soluções compartilhadas para os desafios enfrentados pela escola. Além disso, é importante que o Conselho esteja atento às demandas e necessidades da comunidade escolar, buscando sempre agir de forma transparente e democrática, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação educacional brasileira.

2.3 A transição de Escola Regular para Escola em Tempo Integral

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018 desencadeou um notável impacto no cenário educacional do Brasil. Esta mudança se refletiu primariamente na reestruturação curricular da educação básica, estabelecendo uma unificação curricular em âmbito nacional. Isso implica que todos os estados e municípios devem seguir uma proposta curricular similar, culminando também na implementação de escolas de tempo integral.

A BNCC⁵⁴ propõe um método de ensino centrado no desenvolvimento de competências, não apenas indicando o que o aluno deve "saber", mas enfatizando fundamentalmente o que ele deve "saber fazer". Nesse contexto, a abordagem educacional passa a focar na aplicação prática dos currículos, indo além da mera memorização de conceitos e conteúdos. Mais do que simples disciplinas a serem estudadas, a BNCC direciona a criação de ações que considerem "as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, bem como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais".⁵⁵

Durante duas décadas, a Vila Olímpica foi conhecida como Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) Rubens Vervloet Gomes. No entanto, a partir de 2022, passou por uma significativa mudança ao ser reconfigurada como Unidade Municipal de Ensino Fundamental em Tempo Integral (UMEFTI) Rubens Vervloet Gomes, ampliando seu horário de funcionamento das 7:30 às 16:30. Essa transição contemplou uma extensão substancial na carga horária diária, expandindo-a de quatro para nove horas, em oposição ao modelo anterior de escola de tempo parcial. Sob essa nova configuração, a escola oferece oito aulas diárias de 50 minutos cada, de segunda a sexta-feira, resultando em uma carga horária semanal total de 45 horas. Esse redimensionamento da carga horária é estipulado pela Lei nº 6.582/2022, especificamente em seu artigo 1º, § 1º:

*A Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Educação tem por objetivo ampliar o tempo de permanência dos estudantes, os espaços escolares e as oportunidades de aprendizado visando à formação integral de crianças, de adolescentes e de jovens matriculados nas unidades de ensino de Vila Velha.*⁵⁶

⁵⁴ BRASIL, 2018, p. 13.

⁵⁵ BRASIL, 2018, p. 15.

⁵⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. *Lei Ordinária nº 6582, de 10 de fevereiro de 2022*. Cria o programa de educação integral em tempo integral no âmbito da rede pública do Município de Vila Velha e dá outras providências. [S. l.], 11 fev. 2022. Disponível em: <https://processos.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L65822022.html?identificador=310033003900320033003A004C00>. Acesso em: 27 set. 2023.

O parágrafo menciona o conceito de Educação Integral conforme definido por Gadotti, destacando a distinção entre essa abordagem e a noção de horário, tempo ou jornada integral⁵⁷. Gadotti argumenta que a ideia de educação em tempo integral é redundante, pois defende que o aprendizado humano ocorre desde o nascimento e permeia todas as situações da vida, indicando que a educação em tempo integral já é uma realidade. No entanto, para aprimorar a clareza e a coesão do texto, é fundamental expandir essa ideia, fornecendo exemplos ou evidências que sustentem essa perspectiva e conectando de maneira mais fluida as ideias apresentadas. Além disso, uma reformulação que simplifique a exposição das ideias pode contribuir para a compreensão mais direta do argumento de Gadotti.

A discussão em torno da educação integral em período integral transcende a simples ampliação da carga horária. Conforme Gadotti coloca, "as propostas atuais de tempo integral estão muito mais preocupadas em estender o direito de passar 'mais tempo na escola' às camadas mais pobres da população"⁵⁸. Tal enfoque já se reflete em diversas instituições de ensino privadas, as quais proporcionam aos seus estudantes uma gama variada de atividades extracurriculares durante o contraturno.

Para Gadotti, na sociedade atual é imprescindível que a educação integral implique:

“ensinar a pensar, saber comunicar-se, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o seu próprio trabalho, ter disciplina para o trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática, ser aprendiz autônomo e a distância... enfim, adquirir os instrumentos necessários para continuar aprendendo sempre.”⁵⁹

O referido conceito é robustecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil, publicada em 2018, a qual reitera a imperatividade da educação holística dos alunos, priorizando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os elementos socioemocionais. Consoante a BNCC, a educação básica deve adotar uma abordagem abrangente, reconhecendo a pluralidade, singularidade e integralidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos, considerando-os como protagonistas ativos do processo educacional⁶⁰. Tal diretriz propõe uma educação que se volta para o acolhimento, reconhecimento e fomento do desenvolvimento pleno de cada indivíduo, respeitando suas particularidades e diversidades. Essa premissa de formação integral dos estudantes também encontra respaldo na Lei Municipal nº 6.582/2022, especialmente em seu Artigo 2º, incisos IV e V, os quais estabelecem:

⁵⁷ GADOTTI, 2009, p. 29-30.

⁵⁸ GADOTTI, 2009, p. 32.

⁵⁹ GADOTTI, 2009, p. 32.

⁶⁰ BRASIL, 2018, p. 14.

*A Educação Integral em Tempo Integral tem por principais finalidades: IV – promover o desenvolvimento das múltiplas dimensões da infância, adolescência e juventude, considerando o corpo, a mente e a vida social; V – formar crianças, adolescentes e jovens autônomos, críticos, participativos e solidários;*⁶¹

A origem da educação em tempo integral remonta a um marco significativo no Manifesto dos Pioneiros, em 1932, que propugnava por uma escola pública secular e equitativa. Esse movimento seminal não apenas introduziu a premissa da laicidade e igualdade na educação, mas também estabeleceu os alicerces de um novo paradigma educacional centrado no aluno. Essa abordagem pioneira defendia o estudante como figura central e ativa no processo educativo, destacando sua importância primordial.

Durante esse período, surgiram propostas inovadoras no campo da educação, como as de Anísio Teixeira, que trouxe a experiência revolucionária da "Escola Parque", e de Darcy Ribeiro, com os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps)⁶² (Gadotti, 2009, p. 22-23). Essa visão ganhou fôlego posteriormente no governo Collor, que retomou o projeto dos Cieps, porém renomeando-os como Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs). Todavia, com a saída de Collor, Itamar Franco reassumiu o projeto, reformulando-o mais uma vez como Centros de Atenção Integral à Criança (Caics)⁶³.

Entretanto, os Caics receberam críticas contundentes de diversos educadores, que os consideraram mais um projeto de promoção do que propriamente pedagógico. Essa controvérsia culminou na interrupção das construções de novos Ciacs em 1995⁶⁴.

Certamente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 ressalta a importância crucial de os currículos escolares incentivarem ativamente o protagonismo do estudante no âmbito do processo educativo. Esta abordagem visa capacitar o aluno a ser o construtor ativo do conhecimento, reiterando, desse modo, os princípios essenciais desse movimento pedagógico. Propõe-se, então, que o estudante não apenas absorva passivamente informações, mas que seja dotado das ferramentas necessárias para explorar, investigar e construir seu próprio saber, promovendo, assim, uma participação mais ativa e autônoma no ambiente educacional, conforme exposto na BNCC quando diz:

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para

⁶¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2022, [n.p.]

⁶² GADOTTI, 2009, p. 22-23.

⁶³ GADOTTI, 2009, p. 26.

⁶⁴ GADOTTI, 2009, p. 27.

dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção do seu projeto de vida.⁶⁵

O protagonismo discente está presente em diversos outros pontos da BNCC. Por exemplo, a segunda competência específica de Língua Portuguesa, aponta traz em seu texto:

Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.⁶⁶

Quanto à perspectiva da educação atual, esta transcende os limites convencionais das salas de aula, adquirindo uma dimensão mais humanizada e assumindo um papel mais vinculado à sua função social. Segundo Camurra (2008), a educação contemporânea busca estabelecer uma "hierarquia democrática" fundamentada na "hierarquia das capacidades", onde todos os indivíduos tenham acesso equitativo à educação⁶⁷. Nesse contexto, o propósito é não apenas oferecer oportunidades iguais de aprendizado, mas também organizar e desenvolver estratégias destinadas a orientar o pleno desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada etapa de seu crescimento. É um convite para uma educação mais inclusiva e ativa, que não apenas prepare os indivíduos para o mundo, mas os capacite a ser agentes transformadores dele.

Para alcançar uma educação holística que promova a formação integral dos estudantes, é imprescindível realizar adaptações significativas na estrutura curricular das instituições de ensino. Nesse contexto, a Lei nº 6.582/2022 estipula que as escolas em período integral devem organizar seus currículos em duas vertentes distintas: a Base Nacional Comum Curricular, abrangendo disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Língua Inglesa, Arte, Educação Física e Ensino Religioso; e a Parte Diversificada, centrada na formação abrangente dos alunos, incluindo disciplinas como Projeto de Vida/Sonhos, Protagonismo Juvenil, Estudo Orientado e Pensamento Científico. Esta nova abordagem curricular propõe uma visão humanizada, incentivando os estudantes a desenvolverem habilidades por meio de uma variedade de atividades durante as aulas.

As disciplinas da parte diversificada são elaboradas com um conteúdo programático específico, buscando incentivar o protagonismo dos alunos e oferecer atividades complementares que fortaleçam os conhecimentos já abordados nas disciplinas da Base

⁶⁵ BRASIL, 2018, p. 15.

⁶⁶ BRASIL, 2018, p. 87.

⁶⁷ CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuko. Escola pública: manifesto dos pioneiros da educação nova e o direito à educação. *Primeiro Simpósio Nacional de Educação: XX Semana da Pedagogia*. UNIOESTE. Cascavel-PR, 2008.

Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, os docentes têm encontrado diversas dificuldades para trabalhar a parte diversificada. Teixeira e Branco expressam essa preocupação com a parte diversificada do currículo ao afirmar:

Deve haver um ensino comum, que parte do ponto de vista democrático, porém não padrão. O problema parte do governo, de se isentar juntamente com um documento “base” estrutural, oferecer insumos para a concretização da parte diversificada da BNCC, a exemplo de agendas que possam contemplar as diversidades e auxiliar na flexibilização e contextualização do currículo.⁶⁸

Uma das inovações notáveis no currículo das Escolas em Tempo Integral são as aulas dedicadas à criação de projetos que fomentam a interdisciplinaridade e consolidam os conteúdos da parte comum. Conhecidos como eletivas, esses projetos são realizados semanalmente, proporcionando um ambiente de interação entre os estudantes e a aplicação de ideias propostas por eles, com o apoio e orientação dos professores. Essas disciplinas têm como objetivo atender às diretrizes estabelecidas no artigo 5º, inciso VIII da Lei nº 6.582/2022, que ressalta a importância da Educação Integral em Tempo Integral ao considerar o protagonismo dos alunos para o desenvolvimento de suas habilidades por meio de práticas e experiências educacionais⁶⁹.

No entanto, tem sido observada uma significativa dificuldade por parte do corpo docente em lidar com as disciplinas eletivas. Gomes dedicou-se em seu estudo à perspectiva dos docentes sobre essas disciplinas, avaliando os motivos pelos quais eles têm enfrentado desafios ao trabalhar com elas⁷⁰. Entre os fatores destacados pelos docentes, estão a escassez de recursos, sejam eles didáticos, espaços físicos adequados ou apoio para a elaboração dessas disciplinas, bem como a falta de tempo para planejar as atividades a serem desenvolvidas nas eletivas. Adicionalmente, o autor constatou que os docentes consideram o tempo de aplicação das eletivas como sendo curto e insuficiente para desenvolver um trabalho eficaz com os alunos.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a transição para escolas em tempo integral representam avanços significativos no cenário educacional brasileiro, buscando uma abordagem mais holística e centrada no desenvolvimento integral dos estudantes. A BNCC, ao enfatizar competências e habilidades, promove uma educação mais

⁶⁸ TEIXEIRA, Paola Cristine; BRANCO, Juliana Cordeiro Soares. BNCC: Convergências e divergências. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, v. 22, n. 5, p. 693-701, 2021.

⁶⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2022, [n.p.].

⁷⁰ GOMES, Matheus Honorato do Nascimento. Disciplinas eletivas no ensino médio: o que pensam os professores? 2023. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

prática e aplicada, alinhada às necessidades e interesses dos alunos. A ampliação da carga horária para tempo integral, por sua vez, permite a realização de atividades diversificadas, como as disciplinas eletivas, que estimulam a interdisciplinaridade e o protagonismo dos estudantes. No entanto, para que essas mudanças sejam efetivas, é essencial que sejam fornecidos recursos e apoio adequados aos professores, para que possam desenvolver e implementar as novas práticas educacionais com sucesso. Dessa forma, a educação em tempo integral não apenas amplia o tempo de permanência dos estudantes na escola, mas também proporciona um ambiente mais rico e estimulante para o aprendizado, preparando os alunos para os desafios do século XXI.

2.4 O trabalho docente e as exigências do Ensino Integral em Tempo Integral

A implementação do modelo de Educação Integral em Tempo Integral na UMEFTI Rubens Vervloet Gomes gerou um impacto significativo na dinâmica educacional da instituição. A extensão do período de permanência dos alunos na escola e o consequente aumento da carga horária não apenas reconfiguraram a estrutura temporal, mas também provocaram uma revisão abrangente do currículo e da própria dinâmica de funcionamento da unidade escolar. O acréscimo de novas disciplinas e a necessidade de adotar abordagens pedagógicas inovadoras emergem como elementos-chave nesse novo contexto, demandando uma adaptação flexível e estratégias de ensino-aprendizagem mais dinâmicas e engajadoras.

O estudo de Kasper e Rinaldi⁷¹ ressalta a crucial importância de investimentos direcionados à educação integral, abarcando não somente a infraestrutura das instituições educacionais, mas também a capacitação dos educadores. Nesse contexto, torna-se imperativa a promoção de programas de formação continuada para os professores, dada a dinâmica de transformações no cenário educacional atual. Os desafios emergentes demandam que os professores se adaptem a lecionar disciplinas muitas vezes alheias à sua formação inicial, o que frequentemente resulta em um déficit de conhecimento necessário para o ensino adequado dessas matérias.

Esses fatos têm trazido grande problemática para a implementação do ensino integral. Como esperar que um professor de Ciências, por exemplo, trabalhe com Protagonismo sem uma formação adequada para isso? Como esperar que um professor trabalhe com uma disciplina

⁷¹ KASPER, Samanta Antunes; RINALDI, Renata Portela. O trabalho docente no contexto das políticas de educação em tempo integral. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 17, p. e3505032-e3505032, 2023.

Eletiva de forma adequada sem formação? É perceptível que a exigência de ampliação da educação em tempo integral, definida na Meta 6 do Plano Nacional de Educação, a qual estabelece que as redes de ensino deverão “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”, tem causado diversos transtornos para as comunidades escolares pela falta de planejamento quando da implementação de novas escolas de tempo integral.

O impacto dessas transformações é particularmente significativo para os professores e alunos. Os docentes enfrentam desafios em decorrência da falta de orientação e capacitação para se adaptarem ao novo paradigma educacional. Niesvald e Lara⁷² estabelecem uma analogia entre o trabalho docente contemporâneo e o processo vivenciado pelos artesãos durante o período das manufaturas. Elas destacam a fragmentação crescente do papel do professor, comparando-o a uma peça isolada em um conjunto maior, perdendo, assim, a integridade e a abrangência que costumava ter.

A implementação da educação integral em tempo integral na UMEFTI Rubens Vervloet Gomes é um exemplo vivo da necessidade de um planejamento estratégico e de investimentos substanciais na formação continuada dos educadores. A mudança de paradigma educacional requer uma abordagem holística, que considere não apenas a ampliação da carga horária e a inclusão de novas disciplinas, mas também a preparação adequada dos professores para lidar com essas transformações. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade e que atenda às demandas do século XXI.

2.5 A comunidade discente da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes

A coleta de dados por meio do questionário aplicado aos alunos da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes teve como um dos principais objetivos a análise do perfil da comunidade discente. Este instrumento contemplou questões abrangentes, incluindo informações como idade, gênero, turma, religião professada e participação em eventos escolares. Este capítulo se dedica a abordar os aspectos pertinentes ao perfil educacional dos alunos. O questionário foi respondido por um total de 294 estudantes distribuídos entre os quatro anos do ensino fundamental anos finais, cuja distribuição está representada na figura a seguir.

⁷² NIESVALD, Kerlyn Tatiana Schulz; LARA, Marina Garcia. A BNCC como instrumento de manutenção da alienação docente. *I CIPE*, p. 17.

Figura 1. Distribuição dos alunos por turma e gênero.

Gênero	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	TOTAL
Feminino	61	26	29	17	133
Masculino	51	31	43	36	161
TOTAL	112	57	72	53	294

Fonte: Autoria própria, 2023.

Os dados revelam uma disparidade de gênero na distribuição dos alunos, com um predomínio quantitativo de meninos em relação às meninas no total geral da escola. Uma tendência interessante surge ao analisar a evolução por série: no 6º ano, a proporção entre meninas (61) e meninos (51) é ligeiramente favorável às primeiras. No entanto, conforme avançam os anos escolares, essa dinâmica muda significativamente. Ao alcançar o 9º ano, nota-se um aumento considerável no número de meninos (36) em contraste com uma diminuição acentuada de meninas (17). Segundo dados do Censo Escolar 2023⁷³, o município de Vila Velha apresenta 56.483 alunos matriculados no Ensino Fundamental, sendo 25.199 nos anos finais tendo cerca de 51,4% de meninos e 48,6%, meninas. Observa-se uma pequena diferença nos dados do Censo Escolar e no que foi verificado no corpo discente da unidade escolar, no entanto vale ressaltar que o espaço amostral é pequeno, o que pode ter gerado essa diferença entre o observado no município e os dados escolares.

Quanto à estrutura do ensino fundamental, a Resolução nº 3/2005 do Conselho Nacional de Educação⁷⁴, conforme definido no artigo 2º, estabelece o padrão de organização para o ensino fundamental de 9 (nove) anos, delineando uma estrutura clara que pode ser visualizada na figura 2. Essa resolução é um marco importante no contexto educacional brasileiro, delineando as bases para a estruturação do ciclo fundamental de ensino.

Figura 2. Organização etária do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Etapa de Ensino	Faixa etária prevista	Duração
Educação Infantil	Até 5 anos de idade	
Creche	Até 3 anos de idade	
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	

⁷³ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Básica*. 2024. Disponível em < <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 15 Fev. 2024.

⁷⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3/2005. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. *Resolução nº 3/2005*, [S. l.], 3 ago. 2005. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rceb00305.pdf?query=normas. Acesso em: 27 Nov. 2023.

Ensino Fundamental	Até 14 anos de idade	9 anos
Anos Iniciais	De 6 a 10 anos	5 anos
Anos Finais	De 11 a 14 anos	4 anos

Fonte: Brasil, 2005.

Portella, Bussmann e Oliveira definem a defasagem idade-série como “a diferença entre a idade adequada para a série do estudante e a idade real do estudante. O recomendado é que esta diferença seja zero, isto é, que o estudante esteja na série adequada para sua idade”⁷⁵, sendo um fenômeno multifacetado com impactos significativos no processo educacional. Essa disparidade entre a idade cronológica do estudante e sua série escolar pode resultar de diversos fatores, como repetência, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem ou até mesmo questões socioeconômicas.

Silva destaca as questões inerentes à aprendizagem ao afirmar que “a aprendizagem do aluno não é responsabilidade somente dele, mas de fatores diversos, como a motivação e o auxílio do professor nas dificuldades apresentadas, de acordo com as especificidades dos alunos, a aprendizagem acontece de forma progressiva, contínua e significativa”⁷⁶. Silva destaca, ainda, que o insucesso escolar não é fruto somente da ação (ou falta dela) dos alunos, mas de uma conjunção de fatores, quando diz que:

Pensar o insucesso escolar como produzido unicamente pelo sujeito ou como sendo consequência do contexto sociocultural em que ele se insere, atribuindo-lhe, acriticamente, a responsabilidade em relação a um fenômeno psicossocial de natureza complexa (fracasso escolar), significa subterfúgio (*sic*) a ordem das coisas, recorrendo a subterfúgios ideológicos e reducionistas para legitimar as desigualdades no âmbito social.⁷⁷

Machado, da Cunha e Borchers (2023, p. 9195) reafirmam os motivos citados por Silva (2022) quando diz que:

[...] as características pessoais do aluno, como ser do sexo masculino, exerceram impacto distinto nas disciplinas investigadas, em que meninos detiveram maior proficiência em Matemática e meninas, em Português. Ser branco apresentou influência positiva sobre o desempenho e as diferenças socioeconômicas desempenharam impacto significativo. De forma geral, os níveis mais elevados de

⁷⁵ PORTELLA, Alysso Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. *Nova Economia*, v. 27, n. 3, p. 477–509, set. 2017.

⁷⁶ SILVA, Wanessa Pires. *Fracasso escolar: uma abordagem teórica acerca das dificuldades de aprendizagem*. Hidrolândia, p. 1-25, 27 out. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3014>. Acesso em: 7 mar. 2024.

⁷⁷ SILVA, 2022, p. 5.

renda mostraram efeitos positivos sobre o rendimento, enquanto para os níveis menos favorecidos, esse efeito foi negativo.⁷⁸

Portella, Bussmann e Oliveira destacam os efeitos da defasagem idade-série para os educandos e a sociedade:

Um elevado grau de distorção idade-série pode afetar a acumulação de capital humano por parte da população, trazendo não apenas consequências para os indivíduos, como também para a sociedade como um todo, afetando o crescimento econômico de longo prazo e retardando a queda na desigualdade social.⁷⁹

Essa situação desafia o sistema educacional a adotar estratégias pedagógicas diferenciadas, visando atender às necessidades específicas desses alunos, garantindo-lhes um ambiente inclusivo e propício ao aprendizado. Além disso, a defasagem idade-série pode contribuir para a desmotivação e o baixo rendimento acadêmico, ressaltando a importância de políticas públicas e práticas educacionais que busquem mitigar esse desafio e promover a equidade no acesso à educação de qualidade. Portella, Bussmann e Oliveira destacam a preocupação que existe com a defasagem idade-série, pois “se relaciona de maneira positiva com o abandono, aumentando as chances de os alunos abandonarem a escola, além de indicarem um desempenho pior e mais chance de reprovações”⁸⁰.

Figura 3. Distribuição dos alunos por idade.

Idade (em anos)	
11	32
12	90
13	71
14	62
15 ou mais	39
TOTAL	294

Fonte: Autoria própria, 2023.

Durante a análise, foi considerada a faixa etária dos estudantes em cada série, cujos dados estão representados na Figura 3. É notável a presença de um descompasso entre a idade

⁷⁸ MACHADO, Flávia Fernanda da Silva; DA CUNHA, Marina Silva; BORCHERS, Juliane. Fatores explicativos do desempenho escolar entre estudantes brasileiros. *Observatório De La Economía Latinoamericana*, [S. l.], v. 21, n. 8, p. 9172–9204, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n8-073. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/885>. Acesso em: 24 mar. 2024.

⁷⁹ PORTELLA; BUSSMANN; OLIVEIRA, 2017, p. 480.

⁸⁰ PORTELLA; BUSSMANN; OLIVEIRA, 2017, p. 484.

cronológica e o ano escolar dos alunos. Esta disparidade é evidente ao examinar a quantidade de alunos com 11 anos, que totaliza 32 indivíduos. Tendo em vista que a idade mínima para um aluno cursar o 6º ano é de 11 anos e levando em consideração que 112 alunos dessa série participaram da pesquisa, é possível constatar que 80 alunos estão em defasagem idade-série, ou seja, têm idade superior à esperada para a série em que estão matriculados. No 7º ano, há 40 alunos em situação similar; no 8º ano, 45 alunos; e, no 9º ano, 33 alunos. Esses números indicam a persistência do fenômeno ao longo dos anos escolares, evidenciando a importância de abordagens educacionais que considerem não apenas o conteúdo curricular, mas também a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes, visando a redução dessas disparidades.

Os dados do Censo Escolar 2023⁸¹ mostram que cerca de 2.532 alunos do município de Vila Velha encontram-se defasados idade-série, o que representa cerca de 10% dos alunos. Esses dados vão totalmente contra o observado na unidade escolar, onde cerca de 67% dos alunos estão defasados idade-série. Novamente, vale ressaltar que o espaço amostral dessa pesquisa é pequeno, quando comparado com o quantitativo de alunos do município. Esse fato pode ser o responsável pela discrepância observada entre a realidade do corpo discente escolar e do município.

O estudo realizado por meio do questionário aplicado aos alunos da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes permitiu uma análise detalhada do perfil da comunidade discente, especialmente no que se refere ao aspecto educacional. Os dados revelam uma disparidade de gênero na distribuição dos alunos, com um predomínio quantitativo de meninos em relação às meninas no total geral da escola. Uma tendência interessante surge ao analisar a evolução por série, mostrando um aumento considerável no número de meninos e uma diminuição acentuada de meninas à medida que os anos escolares avançam. Além disso, a defasagem idade-série é um fenômeno significativo, com impactos relevantes no processo educacional, desafiando o sistema educacional a adotar estratégias pedagógicas diferenciadas. A análise da faixa etária dos estudantes em cada série revela um descompasso entre a idade cronológica e o ano escolar, destacando a importância de abordagens educacionais que considerem a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes para reduzir essas disparidades e promover a equidade no acesso à educação de qualidade.

Machado, da Cunha e Borchers confirmam essa necessidade de políticas mitigadoras das defasagens escolares quando afirmam que:

⁸¹ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Básica*. 2024. Disponível em < <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 15 Fev. 2024.

[...] a persistência de desigualdade na distribuição do desempenho educacional de crianças e jovens no Brasil ainda em 2015, sendo que o nível socioeconômico da família e a natureza da escola, pública ou privada, estão entre os principais determinantes das diferenças observadas. Assim, a redução da desigualdade social e o aumento da proficiência dos estudantes de escolas públicas como consequência de uma política de melhoria na qualidade da educação devem ser prioridades no sistema educacional brasileiro.⁸²

É crucial que, além da extensão do tempo de permanência dos alunos na escola, sejam implementadas medidas que visem verdadeiramente mitigar as deficiências educacionais identificadas. Do contrário, a prolongação da jornada escolar representará meramente um aumento do tempo de permanência na escola, sem necessariamente refletir em qualidade de ensino.



⁸² MACHADO; DA CUNHA; BORCHERS, 2023, p. 9196.

3 RELIGIÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DISCENTE E A PERCEPÇÃO DOCENTE

A presença da religião na comunidade escolar é um tema multifacetado, que envolve diferentes atores e perspectivas. Neste capítulo, exploramos a relação entre a religião e a comunidade escolar discente, analisando a participação dos estudantes em eventos escolares e a percepção dos professores sobre o impacto da religião na prática docente.

A presença da religião na comunidade escolar discente pode se manifestar de diversas formas, desde a expressão individual da fé dos estudantes até a organização de grupos religiosos dentro da escola. A religião desempenha um papel importante na vida de muitos jovens, influenciando suas crenças, valores e comportamentos.

A inclusão da religião na escola levanta questões complexas relacionadas à liberdade religiosa, ao pluralismo cultural e à laicidade do Estado. É fundamental que a escola seja um espaço inclusivo, onde os estudantes possam expressar sua fé livre e respeitosamente, sem discriminação ou proselitismo.

Os eventos escolares, como festas, cerimônias e atividades extracurriculares, frequentemente refletem a diversidade religiosa da comunidade escolar. É comum que os estudantes participem desses eventos de acordo com suas crenças e tradições religiosas, contribuindo para a riqueza e a pluralidade da vida escolar.

A participação discente em eventos escolares pode promover o respeito mútuo entre diferentes religiões, bem como a compreensão e a tolerância em relação às diferenças. No entanto, é essencial que os eventos sejam organizados de forma a respeitar a diversidade religiosa da comunidade escolar e a garantir a participação de todos os estudantes, independentemente de sua fé ou convicções.

Os professores desempenham um papel fundamental na mediação da relação entre a religião e a comunidade escolar. Sua percepção sobre o impacto da religião na prática docente pode variar, dependendo de sua própria formação religiosa, de suas experiências pessoais e do contexto escolar em que atuam.

Alguns professores podem ver a religião como um fator que enriquece a experiência educacional dos estudantes, fornecendo-lhes um senso de identidade e pertencimento. Outros podem se preocupar com a possibilidade de conflitos ou exclusões decorrentes da expressão religiosa na escola, buscando promover um ambiente inclusivo e respeitoso para todos.

A relação entre a religião e a comunidade escolar é complexa e desafiadora, envolvendo questões éticas, políticas e pedagógicas. É importante que a escola seja um espaço onde a diversidade religiosa seja respeitada e valorizada, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, éticos e tolerantes em uma sociedade plural.

No decorrer deste capítulo, serão expostos os dados referentes à influência das religiões na participação dos alunos em eventos escolares com ênfase cultural, juntamente com a percepção dos professores acerca do impacto das questões religiosas na prática educativa. Estes dados foram obtidos por meio da aplicação de dois questionários direcionados aos professores e alunos, os quais foram analisados e apresentados de maneira gráfica, possibilitando uma compreensão visual mais acessível e elucidativa.

3.1 A religião na comunidade escolar discente

A presença da religião é uma realidade onnipresente na vida de todos, e o ambiente escolar não escapa dessa influência. Com efeito, as crenças individuais dos envolvidos, sejam eles educadores ou alunos, são intrínsecas ao contexto escolar e não podem ser dissociadas dele. Ferraz confirma esse fato ao afirmar que:

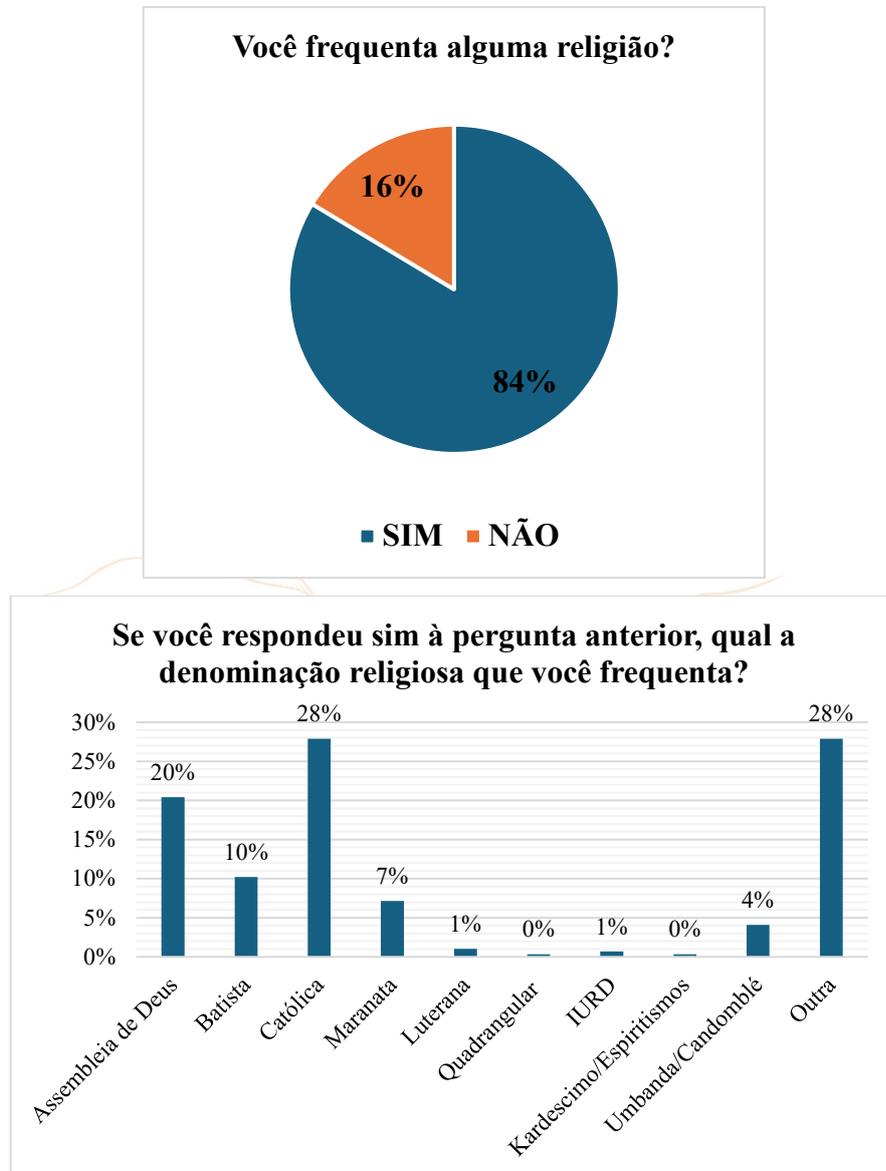
O ambiente escolar é um espaço que naturalmente propicia uma diversidade cultural, social e religiosa. Dentro da sala de aula, diante da multiplicidade de ideias e valores, as relações pessoais podem ser afloradas no momento que temas ou assuntos surjam sem a mediação imparcial do professor. Assuntos polêmicos podem causar constrangimento e exposição do aluno no processo de ensino aprendizagem.⁸³

Para compreender e avaliar a presença das diferentes religiões dentro da comunidade escolar, em especial entre os alunos, foi conduzida uma avaliação utilizando um questionário estruturado.

A primeira questão teve como propósito investigar se os alunos participavam de alguma prática religiosa, enquanto a segunda buscou identificar a afiliação religiosa específica dos discentes. Os resultados obtidos foram representados de maneira visual na figura 4.

⁸³ FERRAZ, Jonatas Francisco. Educação e religião: o impacto da temática religiosa na percepção dos alunos do terceiro ano do ensino médio da Escola Técnica Estadual Dr. Celso Charuri. *Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA*, 2023.

Figura 4. Identificação religiosa dos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Durante a análise dos dados, é evidente que a maior parte dos estudantes se identifica como pertencente à fé católica, constituindo 28% do total. Em sequência, destacam-se os alunos que se identificam como membros da igreja assembleiana, representando 20% do grupo, seguidos pelos batistas, que correspondem a 10%. Além disso, é notável que 28% dos discentes estão associados a outras religiões, conforme delineado na representação gráfica apresentada na Figura 5.

Figura 5. Distribuição dos alunos que assinalaram “OUTRA” na questão sobre qual a denominação religiosa seguida por eles.

Outras denominações (em %)	
Adventista	3%
Congregação Cristã no Brasil	1%
Presbiteriana	5%
Testemunha de Jeová	1%
Judaica	0%
Mórmom	0%
Árabe	0%
NÃO RESPONDERAM	16%
TOTAL	28%

Fonte: Autoria própria, 2023.

Durante o ⁸⁴Censo de 2022 conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que a cidade de Vila Velha abriga aproximadamente 467 mil residentes. No tocante à diversidade religiosa, não estão disponíveis para consulta os dados do Censo de 2022 somente do Censo de 2010⁸⁵ que aponta que cerca de 200 mil habitantes (correspondendo a 48,3%) se identificaram como católicos, enquanto os evangélicos totalizaram cerca de 149 mil pessoas, equivalendo a 36% da população. Esses números revelam uma proximidade entre a porcentagem de alunos evangélicos e a fatia populacional correspondente. Todavia, é pertinente destacar que a proporção de estudantes declaradamente católicos (28%) é menor em relação à representação dessa religião na comunidade. É evidente que, considerando o reduzido espaço amostral de 294 alunos, seria razoável esperar um desvio em relação à realidade da população geral de Vila Velha. No entanto, esse resultado, mesmo com sua limitação amostral, ainda reflete a tendência observada no cenário mais amplo.

Considerando que o último censo foi conduzido em 2010 e os dados sobre religião foram liberados em 2020, de acordo com Azevedo em um artigo publicado na revista *Veja* em 31 de julho de 2020⁸⁶, é plausível supor que tenha ocorrido variação nos percentuais da composição religiosa da população durante esse intervalo de 10 anos. Entretanto, os dados

⁸⁴ _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vila Velha: panorama 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-velha/panorama>. Acesso em 13 Set. 2024.

⁸⁵ _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vila Velha: panorama 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137>. Acesso em 13 Set. 2024.

⁸⁶ AZEVEDO, R. *O IBGE e a religião: cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2>. Acesso em: 27 nov. 2023.

relativos à religião do censo realizado em 2022 ainda não foram disponibilizados para consulta pública. Consequentemente, torna-se inviável verificar se houve alterações significativas nos dados anteriormente apresentados acerca desse aspecto específico.

Considerando a diversidade religiosa na comunidade escolar da UMEFTi Rubens Vervloet Gomes, é evidente que a presença da religião é um tema relevante e complexo no ambiente educacional. Os resultados da avaliação mostram uma distribuição variada entre os alunos, com uma predominância da fé católica, seguida por outras denominações religiosas. Esses dados, embora limitados pela amostragem da pesquisa, refletem a tendência observada na comunidade mais ampla de Vila Velha. A análise dessas informações também destaca a importância de considerar o contexto sociorreligioso ao planejar atividades educacionais, visando respeitar e valorizar a diversidade de crenças presentes na escola. É fundamental que as práticas pedagógicas sejam sensíveis a essas diferenças, garantindo um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os alunos, independentemente de sua afiliação religiosa.

3.2 A participação discente em eventos escolares.

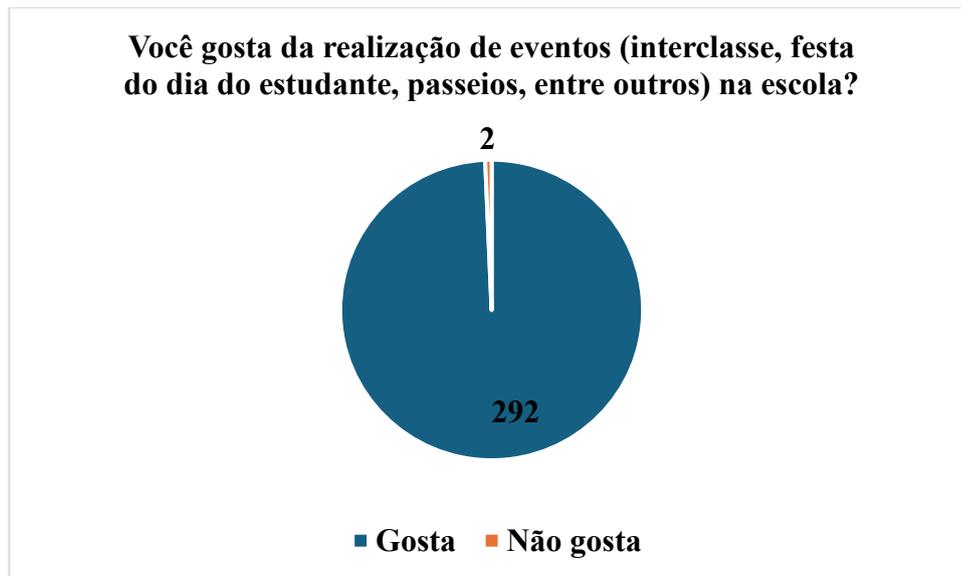
Todas as instituições escolares realizam diversos eventos no decorrer do ano letivo como forma de ofertar atividades diversificadas e levar o processo de ensino-aprendizagem para além dos muros da escola. Assim sendo, é comum a realização de atividades desportivas como interclasses, visitas técnicas, entre outros. Gadotti faz uma reflexão acerca da necessidade de se utilizar diferentes espaços para o desenvolvimento estudantil ao citar visitas a parques e museus ou simplesmente um tour através do bairro ou cidade onde a escola está localizada. Conforme as palavras do autor, “qualquer mundo, local ou global, é, ao mesmo tempo, educador e educando, como uma cidade ou um bairro, conectando, nessa educação, o formal, o informal e o não formal. A educação acontece durante toda a vida e em ‘todos os cantos’”⁸⁷.

Nessa perspectiva, avaliar a participação discente nos eventos realizados na escola se faz necessário para compreender em que momento a religião influencia nessa participação. Assim, através do questionário, os discentes responderam a quatro questões sobre esse tema: 1) Você gosta da realização de eventos (interclasse, festa do dia do estudante, passeios, entre outros) na escola?; 2) Você costuma participar de eventos (interclasse, festa do dia do estudante, passeios, entre outros) na escola?; 3) A escola costuma realizar alguns eventos enfocando as

⁸⁷ GADOTTI, 2009, p. 47.

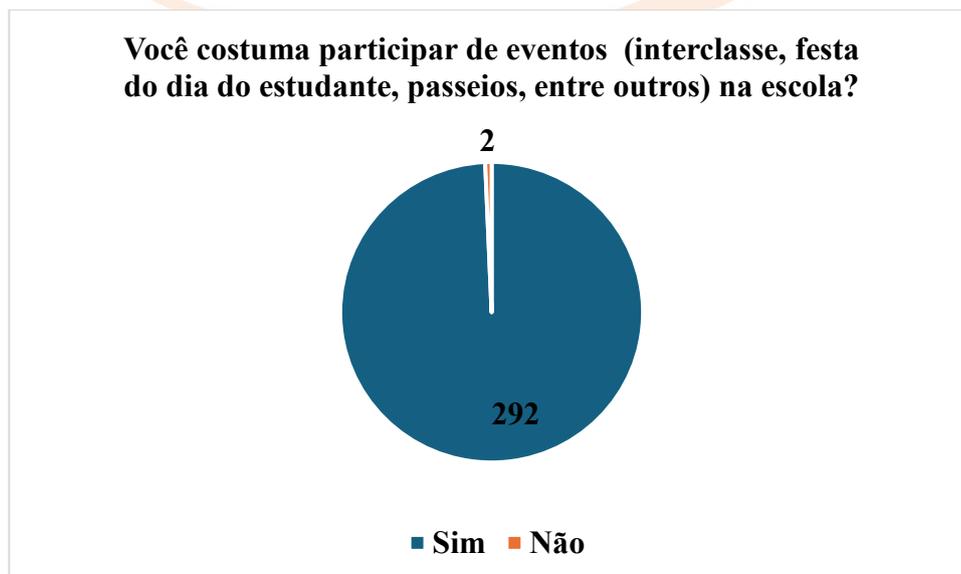
diversas manifestações culturais (festa junina e julina, carnaval, halloween, entre outros). Você costuma participar desses eventos?; 4) Você já deixou de participar de alguma comemoração ou evento por questões religiosas?.As respostas para as questões acima estão representadas nas figuras 6, 7, 8 e 9 abaixo.

Figura 6. Opinião dos alunos sobre a realização de eventos (jogos interclasses, visitas técnicas, entre outros) na escola.



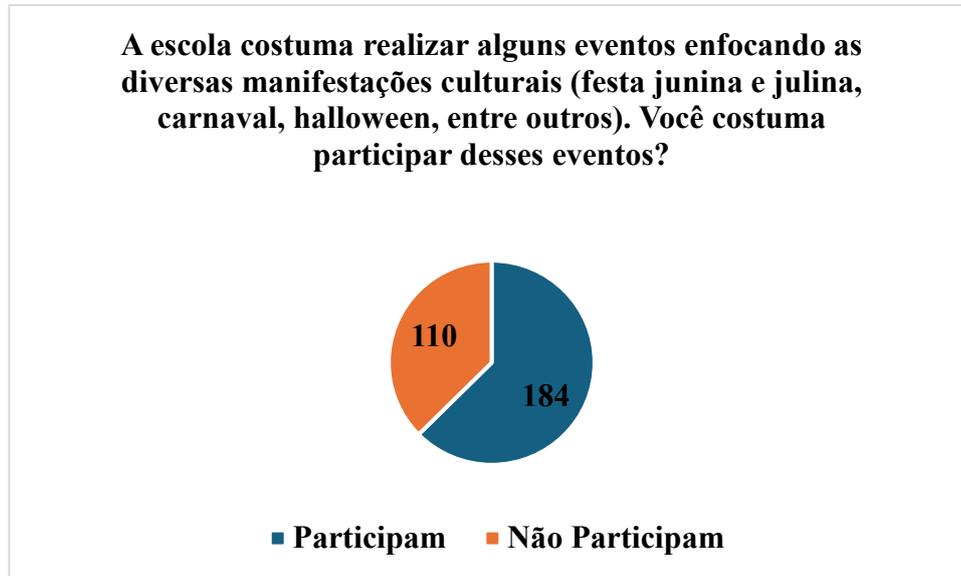
Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 7. Participação dos alunos nos eventos realizados na escola.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 8. Participação dos estudantes em eventos enfocando as diferentes manifestações culturais brasileiras e estrangeiras.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Figura 9. Alunos que deixaram de participar de eventos com enfoque cultural em virtude da religião.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Durante a análise das respostas, é evidente que a maioria dos alunos demonstra interesse e participa ativamente dos eventos realizados na escola. Entretanto, nota-se uma redução significativa na participação quando tais eventos abordam manifestações culturais, sejam elas nacionais ou estrangeiras, como nas festas juninas e de Halloween. Dos 294 entrevistados, 110 afirmaram não se envolver nesse tipo específico de evento. Dentre as razões apontadas para a ausência dos alunos em eventos culturais, 143 mencionaram questões de cunho

religioso como o principal motivo para a sua não participação. Este cenário revela uma oportunidade importante para compreendermos a diversidade de perspectivas culturais entre os estudantes, reforçando a necessidade de oferecer atividades inclusivas e respeitadas com as crenças individuais.

Esses pressupostos estão em acordo com o que propõe o currículo da rede estadual⁸⁸ para o componente curricular Ensino Religioso que tem como premissa:

[...] construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade.

Dessa forma, é fundamental a realização de eventos com enfoque cultural para que os estudantes possam vivenciar diferentes realidades e compreender e respeitar as diferenças.

3.3 Percepção dos professores sobre o impacto da religião na prática docente

A prática docente é uma das mais desafiadoras e complexas dentre as diversas profissões, exigindo do professor não só o domínio do conteúdo, mas também a utilização de estratégias variadas em suas aulas. Lima *et al.* ressaltam a complexidade dessa prática:

[...] percebe-se que a prática docente é composta de diferentes saberes que subsidiam a ação do professor, porém, esta não se limita à mera aplicação de teorias e normas a serem incorporadas à prática profissional. Reduzir o docente a objeto de aplicação se constitui em uma perspectiva reducionista que desconsidera o professor enquanto um sujeito que produz saberes muito próprios em sua prática cotidiana⁸⁹.

É importante destacar que o professor é um profissional que constantemente precisa refletir sobre sua prática, buscando sempre melhorar suas ações em sala de aula e o desenvolvimento de seus alunos. Com as constantes mudanças na educação brasileira, o docente tem sido desafiado a modificar suas práticas.

⁸⁸ ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Educação. **Currículo do Espírito Santo**. Vitória, 2020. Disponível em: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2020/04/Currículo-ES-2020-Vol-07-Ensino-Fundamental-Anos-Finais-Área-de-Ciências-Humanas-e-Ensino-Religioso-Miolo.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2024.

⁸⁹ LIMA, Ana Maria Freitas Dias *et al.* Identidade docente: Da subjetividade à complexidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 33078-33092, 2020.

O ambiente educacional tem enfrentado desafios significativos, exigindo dos professores uma adaptação constante em sua prática. Durante a pandemia, por exemplo, houve uma urgência em reestruturar o método de ensino, levando os educadores a explorarem recursos antes não utilizados para se adequarem ao ensino remoto. Paralelamente, as transformações na educação, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a crescente adoção de períodos integrais nas escolas, têm demandado uma revisão profunda na abordagem pedagógica dos professores. Valente reforça esse aspecto ao afirmar que:

Se a socialização profissional docente faz parte da construção identitária dos profissionais, não é possível falar de um único habitus docente, pois ele se constitui a partir de diferentes referências pessoais únicas, caminhos de formação e de particularidades das configurações sociais.⁹⁰

Além das mudanças estruturais nas instituições de ensino, há uma clara mudança na percepção da sociedade em relação à educação. Questões políticas, sociais e religiosas têm gerado críticas e exigências substanciais em relação às práticas docentes. Nesse contexto, torna-se relevante examinar como os professores percebem e lidam com a influência religiosa em suas aulas. Este é um aspecto essencial diante das pressões e expectativas atuais sobre o papel do professor na formação dos alunos. Valente demonstra a influência da religião ao se referir ao projeto "Escola sem partido":

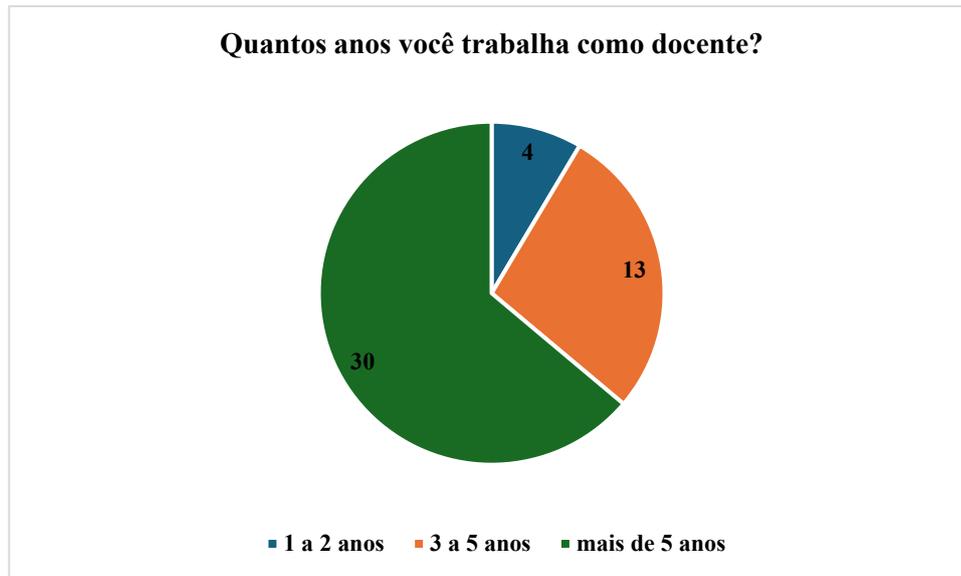
O projeto argumenta pela neutralidade docente, mas não está em busca de uma neutralidade que favoreça o pensamento crítico, mas sim uma suposta neutralidade para que valores religiosos e conservadores sejam reproduzidos nos espaços escolares. Além disso, o projeto seria também uma ferramenta contrária ao uso de algumas normas que constituem a profissionalização, ou seja, a liberdade de cátedra e a autonomia dos docentes de dizer o que pensam e de promover o pensamento crítico⁹¹.

Para investigar essas questões, um grupo composto por 47 docentes da instituição participou de um questionário focado em três indagações referentes à sua prática pedagógica. Essas indagações diziam respeito à duração de sua experiência como docente, se já abordaram o tema da religião em suas aulas e se precisaram adaptar seus planos de ensino em decorrência de questões religiosas. As respostas a tais perguntas estão representadas de forma gráfica nas figuras 10, 11 e 12.

⁹⁰ VALENTE, Gabriela Abuhab. Socialização profissional docente ou como uma prática se naturaliza? um estudo sobre a naturalização do religioso na prática docente. *Educação em Revista*, v. 36, p. e233381, 2020.

⁹¹ VALENTE, 2020, p. 6.

Figura 10. Tempo de experiência como docente.



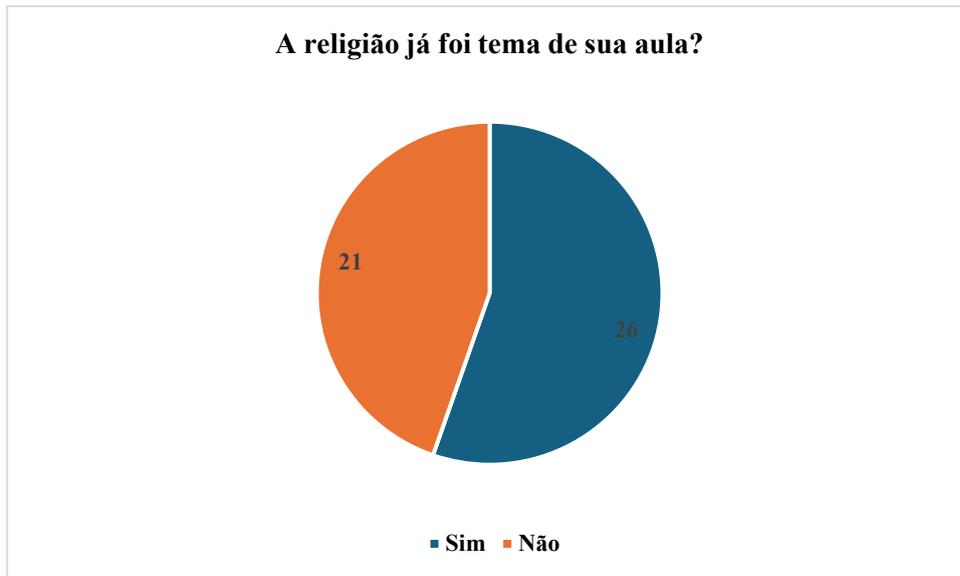
Fonte: Autoria própria, 2023.

Ao analisar as respostas à primeira questão, é evidente que a UMEFTi Rubens Vervloet Gomes é predominantemente composta por professores com mais de cinco anos de experiência no campo educacional. Este perfil docente não apenas revela a ausência de professores iniciantes na instituição, mas também ressalta a presença de um corpo docente experiente, enraizado e com uma sólida bagagem na educação básica. Esse fato é importante para a elaboração de um bom trabalho educacional, visto que a prática docente requer o desenvolvimento de habilidades que só ocorrem com tempo e vivência. Lima *et al.* corrobora esse ponto de vista ao afirmar:

Constituir-se docente na complexidade e na subjetividade significa compreender que essa identidade advém da construção de uma consciência ao mesmo tempo individual e coletiva, compreender a prática e a teoria como elementos únicos, considerar os fatores externos e internos para esse desenvolvimento, as experiências vivenciadas no cotidiano, na construção dos saberes, memórias que podem ser reelaboradas e traduzidas na prática.⁹²

⁹² LIMA *et al.*, 2020, p. 33.088.

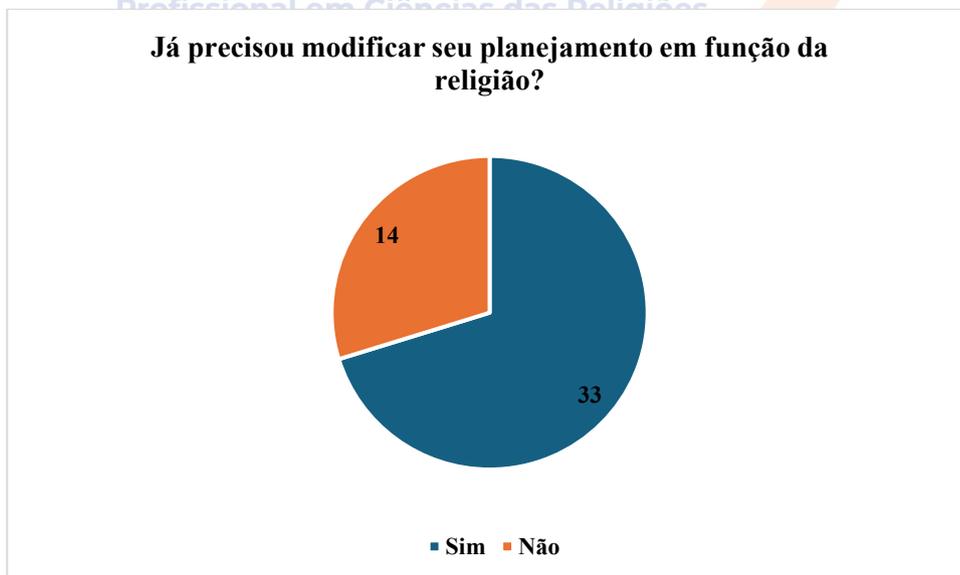
Figura 11. A religião como tema das aulas.



Fonte: Autoria própria, 2023.



Figura 12. Alterações nos planos de aula em virtude da religião.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Quanto ao impacto da religião na prática educacional, 21 professores afirmaram ter incluído o tema religioso em suas aulas. Este dado é de significância relevante para análise,

uma vez que indica a presença da religião no âmbito educacional, apesar das diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, especificamente em seu artigo 3º, incisos II e IV⁹³, e pela Constituição Federal de 1988⁹⁴, ambas as quais preconizam a laicidade da educação e do Estado. Isso ressalta a importância de compreender que a religião está presente em diversos segmentos da sociedade, por conseguinte, nas salas de aula brasileiras. Valente (2020, p. 8) corrobora esse ponto ao afirmar:

Na socialização profissional docente que tem início na escolarização básica, as crianças que serão futuros docentes já podem observar seus professores utilizando elementos religiosos em suas práticas profissionais. Assim, é possível fazer uma representação da prática docente associada a canções religiosas ou elementos de cunho religioso (símbolos, gestos, vocabulários, ritos).⁹⁵

O terceiro aspecto revela que 33 dos 47 professores da escola indicaram ter alterado seus planos de aula devido a questões religiosas. Esta constatação é inquietante, pois evidencia a interferência religiosa na autonomia pedagógica dos professores, um direito protegido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do Brasil, conforme estipulado no artigo 3º, nos seus incisos II, III e IV⁹⁶. Além disso, a necessidade de adaptação dos planejamentos das aulas em decorrência de influências religiosas ressalta a fragilidade do princípio da laicidade na educação brasileira. Valente confirma esse fato ao afirmar que:

O fato de o sistema educativo brasileiro não ter normas claras sobre a relação existente na articulação entre educação e religião faz com que se exija dos docentes e dos funcionários da educação uma postura de regulação da própria atividade.⁹⁷

Diante do exposto, a prática docente revela-se como um campo complexo e desafiador, que demanda constante reflexão e adaptação por parte dos professores. A presença da religião nas escolas, apesar das diretrizes de laicidade estabelecidas, influencia diretamente a prática educacional, levando muitos professores a adaptarem seus planos de ensino. Isso evidencia não apenas a necessidade de maior clareza nas normas sobre a relação entre educação e religião, mas também a importância de promover uma formação continuada que capacite os professores a lidarem com essas questões de forma crítica e consciente. Somente assim será possível garantir uma educação verdadeiramente laica, que respeite a diversidade de crenças e promova o pensamento crítico entre os estudantes.

⁹³ BRASIL, 1996, [n.p.].

⁹⁴ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁵ VALENTE, 2020, p. 8.

⁹⁶ BRASIL, 1996, [n.p.].

⁹⁷ VALENTE, 2020, p. 11.

3.4 Influência da religião nas atividades pedagógicas

Tem-se observado nos últimos anos, influência cada vez maior da religião na educação brasileira. Esse fato tornou-se explícito com as manifestações a favor do projeto “Escola sem Partido” que objetivava questionar conteúdos que vinham sendo trabalhados nas escolas e que, segundo os idealizadores do movimento, eram conteúdos que iam de encontro com os valores cristãos. Ferreira destaca a ação da bancada evangélica em assuntos relacionados à educação ao afirmar:

As pautas variam entre a defesa pela isenção de impostos dos templos religiosos à contrariedade a assuntos “morais” como o casamento civil homoafetivo, aborto, maioria penal, entre outros. Ou seja, apesar de o Estado ser laico, existe uma bancada que defende exclusivamente os valores cristãos que entram em pauta no congresso nacional. Projetos de lei relacionados à educação com cunho religioso também foram defendidos pela denominada bancada evangélica, tais como: Escola Sem Partido, movimento contra ideologia de gênero, dentre outros.⁹⁸

O principal ponto questionado pelo projeto era o ensino de questões relativas à sexualidade, principalmente quando se tratava de discussões sobre identidade de gênero. Segundo os idealizadores e manifestantes, discutir identidade de gênero e sexualidade fere os valores cristãos e não é apropriado para o ambiente escolar. No entanto, as questões relativas à sexualidade estão presentes desde 1998 nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e sobre esse assunto, o documento traz a seguinte proposta de ação para as escolas:

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social.

As crianças e adolescentes trazem noções e moções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas.⁹⁹

Ainda assim, observa-se questionamentos acerca do trato do tema sexualidade nas salas de aula. Mas os questionamentos não se restringem apenas à questão sexualidade. Assuntos relacionados à história e cultura negra, que estão previstas na Lei nº 10.639/2003, também têm sido alvo de críticas por parte da bancada evangélica, principalmente quando

⁹⁸ FERREIRA, Vanessa Scherer. A influência da Religião na Educação: uma análise do contexto atual brasileiro. *Cenários Políticos e Pedagógicos*. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações, p. 91-107, 2021.

⁹⁹ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática*. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

envolvem as religiões de matriz africana. A Lei nº 10.639/2003 incluiu na LDB, os artigos 26-A, 79-A e 79-B que dizem:

Art. 26. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§3º (VETADO)

Art. 79-A (VETADO)

Art. 79-B O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.¹⁰⁰

Assim, é evidente que a história e a cultura do povo negro são temas previstos em lei para serem abordados nas escolas. Portanto, não cabe à bancada evangélica questionar o tratamento dado a esses assuntos, uma vez que estão respaldados legalmente e são essenciais para o desenvolvimento dos alunos como cidadãos conscientes. A cultura negra é parte integrante da sociedade brasileira e, como tal, merece ser respeitada. O respeito à diversidade deve ser uma premissa fundamental da educação. Ensinar aos jovens e adolescentes a aceitação das diferenças de pensamento e comportamento é crucial para a formação de cidadãos mais tolerantes e inclusivos. Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental, pois é o ambiente onde os jovens têm a oportunidade de conviver com pessoas de diversas realidades, culturas e costumes. Essa ideia é corroborada por Ferraz que ressalta a importância desse enfoque na educação.

O ambiente escolar é um espaço que naturalmente propicia uma diversidade cultural, social e religiosa. Dentro da sala de aula, diante da multiplicidade de ideias e valores, as relações pessoais podem ser afloradas no momento em que temas ou assuntos surjam sem a mediação imparcial do professor.¹⁰¹

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de capacitar os estudantes a navegarem entre diversas culturas, grupos e temas que podem e devem ser explorados em sala de aula. No entanto, a influência da religião pode ser prejudicial, pois

¹⁰⁰ BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 21 Mar. 2024.

¹⁰¹ FERRAZ, 2023, p. 214.

busca restringir o acesso dos alunos a ideias que não estejam alinhadas com a perspectiva religiosa. Esse aspecto é destacado pela BNCC que ressalta:

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomara de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem diversos conhecimentos próprios da Geografia e da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo.¹⁰²

Para tanto, é imperativo que se deixem de lado as concepções religiosas e se abram para novas perspectivas. A escola deve ser vista como um espaço de diálogo, onde conceitos, ações e atitudes são constantemente pensados e repensados. Nesse contexto, a interferência religiosa tem sido prejudicial. Como observado no tópico anterior deste capítulo, muitos docentes sentem a necessidade de alterar seus planos de aula devido a questões religiosas, adaptando sua abordagem para evitar conflitos com crenças individuais. Contudo, essa prática limita a possibilidade de fomentar debates e discussões enriquecedoras, essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Estes, além de adquirirem proficiência nas disciplinas, devem também compreender o mundo e a sociedade em que vivem, e estar aptos a dialogar sobre questões políticas, sociais e religiosas. Conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”¹⁰³.

Controversamente, a análise dos questionários dos alunos revelou um resultado intrigante que desafia as expectativas quanto ao papel da escola. Muitos alunos indicaram não participar de eventos com temática religiosa, como a tradicional Festa Junina, ou mesmo de celebrações de origem estrangeira, como o Halloween, também conhecido como Dia das Bruxas. A justificativa mais comum para essa ausência foi a religião, evidenciando, assim, a forte influência desse aspecto nas decisões dos estudantes dentro do ambiente escolar.

Essa constatação levanta questões importantes sobre o papel da escola na promoção da diversidade cultural e religiosa. Notavelmente, percebe-se que muitos alunos desconhecem as raízes culturais e históricas por trás das festividades juninas e do Halloween. Entretanto, é crucial ressaltar que a responsabilidade não pode ser atribuída unicamente à influência religiosa.

¹⁰² BRASIL, 2018, p. 561.

¹⁰³ BRASIL, 1996, [n.p.].

Esse dado sugere que a instituição escolar pode estar falhando ao não cumprir plenamente seu papel de promover o entendimento e a apreciação, por parte dos estudantes, das diversas manifestações culturais, sociais e artísticas que permeiam esses eventos.

Diante do exposto, evidencia-se a complexidade do cenário educacional brasileiro, permeado pela crescente influência da religião nas discussões pedagógicas. A defesa de valores cristãos pela bancada evangélica, embora legítima, não pode suplantar os princípios laicos do Estado, que asseguram a liberdade de crença e o respeito à diversidade. É crucial que a escola seja um ambiente de diálogo plural, onde diferentes perspectivas possam ser apresentadas e discutidas de maneira respeitosa e construtiva. O desafio está em conciliar a liberdade religiosa com a necessidade de promover uma educação inclusiva e plural, que valorize a diversidade cultural e respeite os direitos de todos os estudantes, independentemente de sua orientação religiosa. Nesse sentido, cabe à escola fomentar o respeito mútuo, a empatia e o entendimento das diferenças, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, tolerantes e capazes de conviver harmoniosamente em uma sociedade plural.

3.5 A Educação Integral em Tempo Integral como Ferramenta de Transformação na Percepção dos Alunos Evangélicos sobre Eventos Pedagógicos com Enfoque Cultural

Observou-se através dos questionários aplicados aos alunos que uma boa parcela deles não costumam participar de eventos escolares que enfocam manifestações culturais brasileiras e estrangeiras. Como visto, 110 alunos afirmaram não participar desses eventos e 153 apontaram questões religiosas como fator motivador para a não participação.

Esse dado é preocupante, pois mostra como a religião tem afetado as atividades docentes e pedagógicas em um país em que a laicidade da educação é instituída pela constituição federal e pela lei de diretrizes e bases da educação. Para além desses instrumentos legais, os diversos documentos norteadores da educação, incluindo a BNCC, determinam a inclusão das diferentes manifestações culturais nacionais e estrangeiras em suas rotinas escolares como forma de discutir e explorar a diversidade étnico-cultural existente no país.

A BNCC traz nas suas competências gerais da Educação Básica os seguintes textos:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

[...]

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais à mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.¹⁰⁴

Observa-se nessas competências que as diferentes manifestações culturais devem fazer parte da rotina educacional nas escolas objetivando o desenvolvimento integral dos discentes. Nesse sentido, a competência geral 6 da BNCC corrobora esse ponto:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo e do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.¹⁰⁵

Percebe-se que além de apenas trabalhar as manifestações como algo presente na sociedade brasileira, é fundamental que haja a reflexão acerca dos conhecimentos e saberes presentes nelas a fim de promover o desenvolvimento dos estudantes no que concerne às diferentes experiências e vivências que constituem um indivíduo, visto que todos são fruto de suas vivências e experiências. A BNCC na competência 9 reafirma essa visão ao trazer:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades sem preconceitos de qualquer natureza.¹⁰⁶

Assim, verifica-se a importância da participação discente nesses eventos escolares, mas é mais necessário ainda que a escola trabalhe as questões sociais, filosóficas e históricas que permeiam as diferentes manifestações culturais visando o esclarecimento e a quebra de preconceitos enraizados na comunidade escolar.

Nesse ponto, a legislação brasileira garante a legalidade de se tratar assuntos relativos à diversidade étnico-cultural por meio de diversas leis como a leis nº 10.639/2003¹⁰⁷ e 11.645/2008¹⁰⁸ que garantem o direito aos docentes de trabalhar as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

No que concerne ao Halloween, a necessidade de apropriação dessa manifestação cultural estrangeira está presente na BNCC quando afirma:

A proposição do eixo Dimensão intercultural nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea estão em contínuo processo de

¹⁰⁴ BRASIL, 2018, [n.p.]

¹⁰⁵ BRASIL, 2018, [n.p.]

¹⁰⁶ BRASIL, 2018, p. 10.

¹⁰⁷ BRASIL, 2003, [n.p.]

¹⁰⁸ BRASIL, 2008, [n.p.]

iteração e (re)construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais.¹⁰⁹

A BNCC complementa essa determinação com a sexta competência específica para o ensino da língua inglesa que diz:

6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.¹¹⁰

Todos esses fatos apresentados mostram o quanto a participação docente é imprescindível nos eventos com enfoques culturais. Um aluno que não participa desses eventos está sendo eximido da possibilidade de refletir acerca da diversidade presente na sociedade brasileira e, portanto, de aprender a respeitar o diferente.

Nesse contexto, é inquietante perceber que mais da metade dos alunos analisados afirmaram não participar de eventos culturais por questões religiosas, fato que não deveria ser predominante quando se trata de atividades escolares, visto que a educação deveria ser ferramenta de construção de identidade e de quebra de paradigmas, além de promover o respeito às diversidades e diferenças. Ao não participar desses eventos, os discentes estão perdendo a possibilidade de se abrir ao novo, ao diferente e de ressignificar os seus conceitos.

3.6 O papel das escolas de tempo integral na educação integral do corpo discente

O principal diferencial das escolas de tempo integral está na ampliação do tempo de permanência dos estudantes e na diversificação das disciplinas escolares. Conforme discutido no capítulo 2, a escola integral apresenta um currículo distinto das escolas regulares, onde os alunos, além das disciplinas da base comum (língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, educação física, artes, ensino religioso e língua inglesa), têm acesso a disciplinas diversificadas como Projeto de Vida/Sonhos e Eletivas, além de um foco significativo no Protagonismo Juvenil.

Esse modelo curricular permite que os alunos explorem seus interesses e desenvolvam habilidades que vão além do conteúdo tradicional, promovendo uma formação mais holística. As disciplinas diversificadas são projetadas para estimular a autonomia, a criatividade e o senso

¹⁰⁹ BNCC, 2018, p. 245.

¹¹⁰ BNCC, 2018, p. 246.

crítico dos estudantes, preparando-os melhor para os desafios do mundo contemporâneo. O foco no Protagonismo Juvenil é particularmente importante, pois incentiva os alunos a serem agentes ativos em seu processo de aprendizado e em suas comunidades, desenvolvendo liderança e responsabilidade social.

A disciplina de Projeto de Vida/Sonhos visa orientar os alunos acerca de suas expectativas de desenvolvimento profissional, social e emocional e das atitudes que precisam tomar para atingir esse objetivo e atua em conjunto com o protagonismo para tal. Conforme orientado na Lei nº 6.582/2022, artigo 5º, inciso VIII e IX:

VIII – Protagonismo: processo no qual o estudante desenvolverá suas potencialidades através de práticas e vivências, apoiados pelos professores, assumindo progressivamente a gestão de seus conhecimentos, da sua aprendizagem e da elaboração do seu Projeto de Vida/Sonhos.

IX – Projeto de Vida/Sonhos: será elaborado pelo estudante durante todo o Ensino Fundamental, expressando seus sonhos e seu percurso formativo, com vistas à realização das suas perspectivas em relação ao futuro.¹¹¹

Assim, observa-se que a educação em tempo integral tem papel fundamental na formação integral do estudante, principal no que concerne à quebra de paradigmas envolvendo os conceitos trazidos pelos estudantes de suas vidas. Ribeiro *et al.* refletem acerca do papel da educação na sociedade contemporânea ao afirmar que:

Nos liames da educação, não há como defender uma proposta destinada apenas a formação intelectual dos seres humanos e muito menos isolá-los do contexto social no qual se encontram inseridos. A globalização rompeu com as barreiras físicas e virtuais, e possibilitou a integração de diferentes povos, conhecimentos, artes, culturais, tecnológicas e tantas outras criações humanas. A formação não se limita às instituições familiares e escolares.¹¹²

Ou seja, é imprescindível que a escola seja a ponte entre o sujeito (aluno) e os diferentes saberes disponíveis e acessíveis a todos. Assim, a escola contemporânea deve servir de espaço para reflexão, discussão e esclarecimento acerca das diversidades observadas no mundo atual. Ribeiro *et al.* reforçam essa necessidade de mudança no papel da escola ao afirmar:

Os saberes da humanidade não se limitam ao espaço e tempo de onde o sujeito vive e convive com seus pares. Há muito o que se aprender além dos tempos, espaços e grupos sociais e prova disso são as fronteiras geográficas rompidas com a

¹¹¹ PMVV, 2022.

¹¹² RIBEIRO, D. C. R. *et al.*, 2020, p. 204.

mundialização, o que permitiu acesso e intercâmbio entre culturas e humanidades existentes em nosso orbe.¹¹³

Gadotti já falava dessa necessidade de mudança no papel da escola, principalmente a escola de tempo integral, ao afirmar:

A educação ao longo de toda a vida implica ensinar a pensar, saber comunicar-se, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o seu próprio trabalho, ter disciplina para o trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática, ser aprendiz autônomo e a distância... enfim, adquirir os instrumentos necessários para continuar aprendendo sempre.¹¹⁴

Conforme as palavras de Gadotti, o papel da escola é fornecer os instrumentos necessários para que os futuros cidadãos possam viver plena e conscientemente em sociedade. Aprender os conteúdos programáticos dos componentes curriculares é fundamental, mas o verdadeiro desafio está em ensinar os alunos a pensarem criticamente, a confrontar suas convicções e a se abrir ao novo. Este é um desafio particularmente relevante para as escolas de tempo integral.

Ao ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, estas instituições oferecem maiores oportunidades para a troca de experiências entre os próprios alunos, bem como entre eles e os professores e outros profissionais presentes na unidade escolar. Esse ambiente enriquecido promove o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o espírito colaborativo e a capacidade de resolver problemas de maneira criativa e independente.

As escolas de tempo integral, portanto, não apenas aprofundam o aprendizado dos conteúdos tradicionais, mas também incentivam um desenvolvimento mais completo dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com confiança e competência.

Ribeiro *et al.* reafirmam as palavras de Gadotti e destacam a necessidade da ação conjunta escola-comunidade ao afirmar:

Reconhecemos a comunidade como produtora de saberes, hábitos, rotinas e valores, os quais impactam a visão de mundo dos educandos. A escola, enquanto *locus* formador, também caminha no percurso de difusão de saberes tidos como acadêmicos, produzidos pelo meio científico e validado em seus currículos. Entretanto, quando pensamos em uma política que atenda a formação integral dos educandos, com o propósito de contribuir para interesse comum, devemos considerar aspectos para além dos muros da escola, envolvendo outros tempos, espaços, atores e saberes.¹¹⁵

¹¹³ RIBEIRO, D. C. R. *et al.*, 2020, p. 204.

¹¹⁴ GADOTTI, 1995, p. 32.

¹¹⁵ Ribeiro *et al.*, 2020, p. 207.

Nesse aspecto, a escola de tempo integral se configura como um forte instrumento para levantar questionamentos acerca da participação discente em eventos com enfoque cultural. Promover discussões acerca da relevância desses eventos para a sociedade é fundamental para mudar a visão que os alunos têm dessas manifestações. Gonçalves reforça essa percepção ao afirmar:

Não se trata apenas de um simples aumento do que já é ofertado, e sim de um aumento quantitativo e qualitativo. Quantitativo porque considera um número maior de horas, em que os espaços e as atividades propiciadas têm intencionalmente caráter educativo. É qualitativo porque essas horas, não apenas as suplementares, mas todo o período escolar, são uma oportunidade em que os conteúdos propostos podem ser ressignificados, revestidos de caráter exploratório, vivencial e protagonizados por todos os envolvidos na relação de ensino-aprendizagem.¹¹⁶

Percebe-se através das palavras de Gonçalves que a educação integral precisa ser instrumento para promover a inquietação intelectual dos estudantes ao estimulá-los a questionar situações e conceitos. Se essa mudança na postura e didática da escola de tempo integral não ocorrer, não há razão para se ampliar a jornada escolar.

Assim, a escola de tempo integral configura-se como um espaço para a reflexão, discussão, quebra de paradigmas e ressignificação de conhecimentos. Eventos escolares com enfoque cultural devem continuar presentes no cotidiano escolar, mas com o objetivo de promover a reflexão e a mudança de perspectivas dos alunos. É essencial que os estudantes compreendam que, acima de qualquer questão religiosa, as manifestações culturais são frutos e construtos sociais. Independente da religião que se professe, o respeito e a tolerância devem ser valores fundamentais.

Dessa forma, a escola de tempo integral não só aprofunda o aprendizado acadêmico, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e empáticos, preparados para viver em uma sociedade plural e diversa. Promovendo um ambiente onde a diversidade cultural é valorizada e respeitada, a escola desempenha um papel crucial na construção de uma comunidade mais inclusiva e harmoniosa.

¹¹⁶ GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. *Cadernos Cenpec| Nova série*, v. 1, n. 2, 2006.

CONCLUSÃO

A presente dissertação analisou a influência da religião na participação discente em eventos escolares sob a perspectiva da educação integral, com foco na Unidade Municipal de Ensino Fundamental Rubens Vervloet Gomes a Vila Olímpica. A pesquisa evidenciou que a religião desempenha um papel significativo na dinâmica escolar, afetando a participação dos alunos em atividades culturais e pedagógicas.

Os resultados mostraram que a laicidade do Estado Brasileiro, embora consagrada constitucionalmente, enfrenta desafios na prática educativa devido à crescente influência religiosa. A análise dos eventos escolares, como o Carnaval, festas juninas e Halloween, revelou que muitos alunos se abstêm de participar dessas celebrações por questões religiosas. Esse fenômeno destaca a necessidade de um ambiente escolar que respeite e acolha a diversidade religiosa, promovendo a inclusão e o respeito mútuo.

A transição da UMEF Rubens Vervloet Gomes para uma escola de tempo integral trouxe à tona a importância de se considerar as crenças religiosas na elaboração e execução das atividades escolares. A educação integral, ao buscar a formação completa do estudante, deve incorporar estratégias que promovam a convivência harmoniosa entre diferentes crenças e culturas, respeitando as individualidades e criando espaços de diálogo e compreensão.

A percepção dos professores sobre o impacto da religião na prática docente revelou que, embora muitos educadores estejam cientes das influências religiosas, há uma necessidade de maior preparo e recursos para lidar com essas questões de maneira eficaz. A formação contínua dos docentes e o desenvolvimento de políticas escolares que considerem a diversidade religiosa são essenciais para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em síntese, a influência da religião na participação discente em eventos escolares é um fenômeno complexo e multifacetado, que exige uma abordagem integrada e sensível por parte das instituições educacionais. A promoção da educação integral, aliada ao respeito pela diversidade religiosa, pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de conviver pacificamente em uma sociedade plural. A escola, como espaço de formação e desenvolvimento humano, tem o potencial de ser um ambiente transformador, onde a diversidade é valorizada e a inclusão é uma prática cotidiana.

Esta pesquisa reforça a importância de políticas educacionais que promovam a igualdade e o respeito às diferenças, proporcionando a todos os alunos a oportunidade de participar plenamente da vida escolar, independentemente de suas crenças religiosas. A

educação integral, com seu enfoque holístico, se apresenta como uma abordagem promissora para enfrentar os desafios impostos pela diversidade religiosa no contexto escolar.

Por fim, é evidente a necessidade de mais estudos que explorem a influência da religião na participação discente em eventos escolares, dada a escassez de bibliografia sobre o tema. Também é crucial investigar o impacto da religião nas atividades docentes. Dessa forma, a presente temática se configura como um campo promissor e fértil para pesquisas futuras.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. *Cadernos de pesquisa*, n. 65, p. 3-10, 1988.

AZEVEDO, R. O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BISSIATI, Edson Lugatti Silva; MARTINS, Caio César Nogueira. O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil: a bancada evangélica no Congresso Federal. *Mal-estar e Sociedade*, [S. l.], ano 2022, v. 12, n. 01, p. 81-99, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/issue/view/354>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL, 1996.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17. Mar. 2024.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica. 2024. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 15 Fev. 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vila Velha*: panorama 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-velha/panorama>. Acesso em 13 Set. 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vila Velha*: panorama 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137>. Acesso em 13 Set. 2024.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 21 Mar. 2024.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3/2005. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Resolução nº 3/2005, [S. l.], 3 ago. 2005. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rceb00305.pdf?query=normas. Acesso em: 27 Nov. 2023.

_____. Plano Nacional de Educação em Movimento. 2014, [n.p.]. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

_____. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2024, p. 1-62. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

BRASIL, Anderson; VARGAS, Alexandre Siles. O carnaval educa: um olhar a partir da primeira capital do Brasil. *Revista Extraprensa*, v. 14, n. 1, p. 256, 2020.

CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuko. Escola pública: manifesto dos pioneiros da educação nova e o direito à educação. *Primeiro Simpósio Nacional de Educação: XX Semana da Pedagogia*. UNIOESTE. Cascavel-PR, 2008.

DA SILVA PEIXOTO, Adriane; DE OLIVEIRA, Ivana Guimarães. DEMONIZAÇÃO DO HALLOWEEN: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA TAG# NAOAOHALLOWEEN. *Movendo Ideias*, v. 27, n. 1, p. 67-75, 2022.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Educação. Currículo do Espírito Santo. Vitória, 2020. Disponível em: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2020/04/Curriculo-ES-2020-Vol-07-Ensino-Fundamental-Anos-Finais-Área-de-Ciências-Humanas-e-Ensino-Religioso-Miolo.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2024.

FERRAZ, Jonatas Francisco. *Educação e religião: o impacto da temática religiosa na percepção dos alunos do terceiro ano do ensino médio da Escola Técnica Estadual Dr. Celso Charuri*. Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA, 2023.

FERREIRA, Vanessa Scherer. A influência da Religião na Educação: uma análise do contexto atual brasileiro. *Cenários Políticos e Pedagógicos. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações*, p. 91-107, 2021.

GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Matheus Honorato do Nascimento. *Disciplinas eletivas no ensino médio: o que pensam os professores?* 2023. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. *Cadernos Cenpec*. Nova série, v. 1, n. 2, 2006.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & sociedade*, v. 41, p. 49-74, 2021.

KASPER, Samanta Antunes; RINALDI, Renata Portela. O trabalho docente no contexto das políticas de educação em tempo integral. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 17, p. e3505032-e3505032, 2023.

KESKE, Lucas. Novo Congresso Nacional: o que esperar da “bancada evangélica”. *Humanista*, 30 jan. 2023 Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/01/30/novo-congresso-nacional-o-que-esperar-da-bancada-evangelica/>. Acesso em: 13 set. 2024.

LEAL, Marcos Vinícius Sousa. AS FESTAS JUNINAS, NOVOS CENÁRIOS E SUA ESPETACULARIZAÇÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, PARÁ. *PENSAR GEOGRAFIA*, v. 7, n. 1, p. e7202405-e7202405, 2023.

LIMA, Ana Maria Freitas Dias et al. Identidade docente: Da subjetividade à complexidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 33078-33092, 2020.

MACHADO, Flávia Fernanda da Silva; DA CUNHA, Marina Silva; BORCHERS, Juliane. Fatores explicativos do desempenho escolar entre estudantes brasileiros. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, [S. l.], v. 21, n. 8, p. 9172–9204, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n8-073. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/885>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MARDEGAN, Roberta Dias; NICOLINI, Patrícia Peres Ferreira; DE MOURA, Sérgio Arruda. HALLOWEEN-UM PROJETO PEDAGÓGICO DE SUSTENTABILIDADE, CIDADANIA E CULTURA. *InterSciencePlace*, v. 17, n. 5, 2022.

MARTINS, Ilana Maria Bittencourt. *Pedagogia do carnaval: as interfaces entre o carnaval e a escola*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MELO, Valdenira da Silva. *A dança folclórica regional numa escola pública municipal de Manaus (AM): a concepção da coordenação pedagógica e dos professores*. 2022.

NIESVALD, Kerlyn Tatiana Schulz; LARA, Marina Garcia. A BNCC COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DA ALIENAÇÃO DOCENTE. *I CIPE*, p. 17.

PEDRO, Ernande Alves; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. O FOLCLORE BRASILEIRO COM A DIVERSIDADE CULTURAL DENTRO DA ESCOLA PÚBLICA. *Revista Expressão Católica*, v. 11, n. Especial, p. 243-249, 2022.

PORTELLA, Alysso Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. *Nova Economia*, v. 27, n. 3, p. 477–509, set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Lei Ordinária nº 6582, de 10 de fevereiro de 2022. Cria o programa de educação integral em tempo integral no âmbito da rede pública do Município de Vila Velha e dá outras providências. [S. l.], 11 fev. 2022. Disponível em: <https://processos.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L65822022.html?identicador=310033003900320033003A004C00>. Acesso em: 27 set. 2023.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, p. 486-522, 2018.

RIBEIRO, Diovane de César Resende *et al.* Interculturalidade e currículo na educação integral: tecendo reflexões entre escola e comunidade. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 7, p. 204, 2020.

RODRIGUES, Gisele Lucy Machado. *Ressignificação da festa junina: novos sentidos da quadrilha no interior do Rio de Janeiro*. 2021.

SILVA, Wanessa Pires. Fracasso escolar: uma abordagem teórica acerca das dificuldades de aprendizagem. *Hidrolândia*, p. 1-25, 27 out. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3014>. Acesso em: 7 Mar. 2024.

TEIXEIRA, Paola Cristine; BRANCO, Juliana Cordeiro Soares. BNCC: Convergências e divergências. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, v. 22, n. 5, p. 693-701, 2021.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Socialização profissional docente ou como uma prática se naturaliza? um estudo sobre a naturalização do religioso na prática docente. *Educação em Revista*, v. 36, p. e233381, 2020.



ANEXO I – PLANO DE AULA SOBRE HALLOWEEN PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Plano de aula - (Anos Finais Ensino Fundamental)	
Tema	HALLOWEEN
Campo de experiência	<ul style="list-style-type: none"> • O eu, o outro e o nós numa dimensão intercultural. • Cultura, gestos e movimentos. • Traços, sons, cores e formas. • Escuta, fala, pensamento e imaginação. • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
Habilidades	<p>A habilidade EF01H108 consiste em: Reconhecer o significado das comemorações e festas escolares, diferenciando-as das datas festivas comemoradas no âmbito familiar ou da comunidade.</p> <p>A habilidade EF06LI26 consiste em: Avaliar, problematizando elementos/produtos culturais de países de língua inglesa absorvidos pela sociedade brasileira/comunidade.</p>
Objetivos	<p>Conhecer a origem, a história e símbolos do Halloween.</p> <p>Compreender algumas diferenças culturais entre países.</p> <p>Reconhecer a importância da aprendizagem da língua estrangeira como representação da diversidade cultural.</p> <p>Desenvolver o pensamento crítico.</p> <p>Incentivar a criatividade com a confecção de símbolos próprios do Halloween.</p> <p>Promover um festival/exposição de símbolos, onde serão escolhidos os trabalhos mais criativos relacionados ao tema.</p>
Conteúdo	<p>Origem do Halloween</p> <p>História do Halloween</p> <p>Símbolos do Halloween</p> <p>Eleição de símbolos do Halloween</p>
Duração	5 aulas
Recursos didáticos	<p>Computador</p> <p>Cartaz</p> <p>Imagens</p> <p>Cédulas de votação.</p>
Metodologia	<p>Material didático sobre o tema.</p> <p>Vídeo aulas.</p> <p>Aula expositiva com símbolos do Halloween.</p>
Avaliação	Atividades de pesquisa, confecção dos símbolos e organização do processo eleitoral.
Referências	<p>http://bit.ly/2c4jfmf</p> <p>http://bit.ly/2cTZgeV</p> <p>http://bit.ly/2cq8VD</p> <p>http://bit.ly/2cDUwrw</p>

Plano de aula - (Anos Finais Ensino Fundamental)

Anexos



Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões